

Marta Costa Beck e Sandino Hoff

A EXPANSÃO DO
COMÉRCIO DE
PONTA PORÃ/MS
1890 A 2019

 editora
UFMS

BEM VINDO A
PONTA PORÃ



PRINCESINHA
DOS ERVAIS

Marta Costa Beck e Sandino Hoff

A EXPANSÃO DO
COMÉRCIO DE
PONTA PORÃ/MS
1890 A 2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS

Deliberação Nº 14, DE 21 DE MAIO DE 2020

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (presidente)

Além-Mar Bernardes Gonçalves

Alessandra Borgo

Antonio Conceição Paranhos Filho

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

Elisângela de Souza Loureiro

Elizabeth Aparecida Marques

Marcelo Fernandes Pereira

Nalvo Franco de Almeida Jr

Rosana Cristina Zanelatto Santos

Ruy Caetano Correa Filho

Vladimir Oliveira da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Divisão da Editora UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

A expansão do comércio de Ponta Porã: 1890 a 2019. [recurso eletrônico] / Marta Costa Beck, Sandino Hoff. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2020.
1 arquivo: 1.198 kb

Formato: digital
Disponível no Repositório Institucional (UFMS)
ISBN 978-65-86943-05-4

1. Comércio – Ponta Porã. 2. Comerciantes. 3. Empresas – Ponta Porã. I. Beck, Marta Costa. II. Hoff, Sandino.

CDD (23) 381

Elaborada pela Bibliotecária Lilian Aguiar Teixeira CRB 1/2448

Marta Costa Beck e Sandino Hoff

A EXPANSÃO DO
COMÉRCIO DE
PONTA PORÃ/MS
1890 A 2019

Campo Grande/MS - 2020

 editora
UFMS

© dos autores:
Marta Costa Beck
Sandino Hoff

1ª edição: 2020

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica
TIS Publicidade e Propaganda

Revisão

A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos
para esta edição



Divisão da Editora UFMS - DIEDU/AGECOM/UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário, Campo Grande - MS, 79070-900

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Fone: (67) 3345-7203

e-mail: diedu.agecom@ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-65-86943-05-4

Versão digital: maio de 2020

APRESENTAÇÃO

Escrever sobre a fronteira, é como tentar estabelecer limites de uma fronteira sem limites, nunca conseguiremos dizer tudo e, tudo o que dissermos, ainda será pouco para expressar a história dos povos que viveram, vivem e viverão nesse lugar.

Marta Beck

Qualquer tese, apesar de ter sido feito um cálculo de viabilidade e por mais bem-feita que se a realize, sempre aparece datada e circunscrita à periodização escolhida na investigação e os resultados necessariamente dependem do prazo dado, até a data da defesa. Em suma, sempre há uma limitação inerente a qualquer temática estudada. As teses são um caminho aberto para novas andanças. Os pesquisadores, temos a certeza de que somos eternos aprendizes e amadores; o cronograma da vida não nos concede tempo suficiente para sermos outra coisa, dizia Charles Chaplin, em Luzes da Ribalta.

A tese de doutorado “A modernização do comércio no município de Ponta Porã – 1970 a 2015: mudanças sociais e desenvolvimento sustentável”, defendida por Marta Costa Beck e orientada pelo professor Sandino Hoff, está publicada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, à disposição dos leitores. No após defesa, um novo projeto de pesquisa – Ações de Desenvolvimento Regional em Mato Grosso do Sul - assumiu os resultados dessa tese, estendeu os estudos e ampliou o tema com novas pesquisas e categorias de análise, ampliando, também, nossa aprendizagem com o propósito de sermos amadores com mais apreço.

Realizamos recentes buscas em documentos e novas entrevistas com o objetivo de expandir o período, que inicialmente terminava em 2015, ao ano de 2019. A extensão do período deveu-se às rápidas mudanças que ocorreram nas taxas de empregos, no desenvolvimento dos

comércios e das indústrias, nos planejamentos dos comerciantes e nos registros estatísticos do setor terciário. Por isso, para a elaboração deste livro foi necessário um aprofundamento maior e extensivo também da fonte teórica. Com este formato, aos leitores apresenta-se o livro “A expansão do Comércio de Ponta Porã, MS: 1890 a 2019”.

O livro trata dos estudos que conjunham o empírico com o teórico e resultaram no entendimento da casa comercial de Ponta Porã, MS, e, de forma indireta, também de Pedro Juan Caballero, Departamento Dell Amambái (PY). Procuramos entender os fatores que determinaram o desenvolvimento do comércio, especificamente, do terceiro setor. Para tanto, foi necessário realizar estudos e consultas a bibliografias de diversas áreas, buscas em arquivos públicos, sites governamentais, além de construir fontes primárias, mediante entrevistas com comerciantes e visitas a estabelecimentos comerciais de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

A obra foi dividida em cinco capítulos para melhor entendimento dos leitores e obedece a uma ordem cronológica na apresentação dos fatos e das análises realizadas. Apresentamos informações desde os primeiros habitantes da localidade e a ocupação até os dias atuais com a chegada de sulistas, mineiros e estrangeiros, bem como, a influência da Empresa de Thomaz Larangeira nas atividades econômicas da região. Enfatizamos a transição do comércio manufatureiro para o comércio das mercadorias abstratas, bem como, a importância das cooperativas, madeireiras, frigorífico, usina e agronegócio para um comércio econômico. Por fim, identificamos o crescimento do terceiro setor da economia e a geração de emprego oportunizada por ele, na cidade de Ponta Porã.

Nos Apêndices, fizemos ponderações sobre a fonte teórica utilizada, as entrevistas e as análises realizadas.

Marta Costa Beck

Sandino Hoff

PREFÁCIO

Prefaciар este livro, resultado da tese de doutorado defendida no Programa de Pós Graduação da Universidade Anhanguera - UNIDERP, elaborada por Marta Costa Beck e orientada pelo Dr. Sandino Hoff, que foi meu professor no curso de Mestrado em Educação na UFMS, é uma hora imensurável e alegria indelével. Afinal, Beck foi minha primeira chefe quando ingressei, em setembro de 2009, na carreira do Magistério Superior na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, no curso de Pedagogia.

A obra se insere no campo da História Regional e é uma valiosa contribuição para os estudos e pesquisas sobre o Estado de Mato Grosso do Sul. Destaco que essa investigação foi escrita sob o referencial teórico dos clássicos da Economia Política, de Otávio Ianni e de Karl Marx, assim refletindo sobre o histórico da ocupação e do desenvolvimento político, social e cultural da cidade de Ponta Porã. Tal região fica situada na Fronteira Sul do Estado de MS com a cidade de Pedro Juan Caballero, Paraguai.

A construção dessa região foi iniciada no século XIX, no período imperial. Na citada ocasião, o Império Brasileiro concedeu a Thomaz Laranjeira, empresário do ramo ervateiro, terras localizadas no município pontaporanense que já contava com cerca de 60 famílias de brasileiros, cujos chefes do sexo masculino trabalhavam na agricultura e no pastoreio, indicando que o início do povoamento está intimamente ligado à exploração da terra.

Ponta Porã, no final do século XIX, pertenceu primeiramente a Comarca de Nioaque e depois à Comarca de Bela Vista. Com o passar do tempo, a região tornou-se município independente no início da segunda década do século XX, em consequência da exploração da Erva Mate que era exportada para as manufaturas paraguaias que ficavam localizadas em Villa Real de Concepción, Paraguai. Nesse ínterim, entre tornar-se município

até os anos 1970, período de recrudescimento da ditadura civil militar no Brasil, a cidade fronteiriça vivenciou uma mudança em sua base econômica, assim indo da produção manufatureira para a circulação de mercadorias produzidas mundialmente em conformidade com as fases do capital.

O ciclo da erva mate em solo sul-mato-grossense é abordado pelo viés da comercialização. Logo, essa publicação demonstra a fase comercial do modo capitalista de produção pautado no equilíbrio da balança comercial, exportando a erva-mate e importando produtos que atendessem a região.

Nos ervais, os víveres alimentícios e vestuários eram vendidos a preços exorbitantes aos trabalhadores livres que ficavam aprisionados ao patrão, através de um contrato que os remunerava com salários inferiores aos valores dos produtos consumidos no comércio local. Com a chegada dos gaúchos à região, em fins do século XIX, um clima de litígio instalou-se na região, posto que ao requererem a posse das terras dominadas pela Mate Laranjeira, eles uniram-se aos comerciantes locais rivais da burguesia financeira da Companhia.

Em um cenário de disputa, de exploração da mão-de-obra e da terra, de desmatamento ilegal orquestrado pela indústria madeireira, Ponta Porã foi se desenvolvendo pari passu à substituição da livre concorrência pelo monopólio em conformidade com as leis do capital financeiro. Tal processo se materializava por meio das casas comerciais instaladas na cidade, que além de comercializarem seus produtos, dispunham de uma “seção bancária” no interior do estabelecimento.

Ao ser elevada a condição de território federal, no ano de 1943, durante o Estado Novo, o desenvolvimento econômico de Ponta Porã veio acompanhado também da melhoria dos setores da educação, saúde, comunicação, do saneamento e expansão populacional. O comércio passou por transformações denominadas pelos autores de comércio das mercadorias abstratas, fruto da transição do comércio de produtos arte-

sanais, manufaturados e a granel para um novo comércio que introduziu uma variedade de mercadorias com marca e descrição de acordo com os critérios estipulados pela junta comercial, além dos registros publicados no Diário Oficial da União.

O comércio de produtos abstratos inclui desde mercadorias com alto poder de sedução do consumidor ao setor de serviços, um exemplo é o turismo que resultou na expansão da rede hoteleira. Esse setor produziu uma nova divisão social do trabalho no interior dos estabelecimentos comerciais, modernização dos meios de transporte e comunicação de modo a favorecer a mobilidade populacional e consequente expansão comercial da cidade fronteiriça.

Nessa transição do comércio manufatureiro para o das mercadorias abstratas, foram instaladas em Porã empresas madeireiras como a Karapá SRL. Nota-se na região modernas cooperativas como a COTRIJUI, COOAGRI e LAR, usina agro energética como a Usina de Monte Verde e frigoríficos como o FRIGOFORT, assim evidenciando a forte presença do agronegócio na cidade com a modificação da estrutura fundiária ao introduzir no campo modernas tecnologias que resultaram necessariamente na divisão social do trabalho.

Os investimentos na produção tanto no campo quanto na cidade propiciaram o acúmulo de capital. Essa medida apontada contou maciçamente com o apoio das instituições financeiras e consequente do capital financeiro com a formação de oligopólios em todos os setores da economia na região, superando a livre concorrência que limitava o lucro do capitalista individual.

A nova organização do capital incidiu também nas ofertas de empregos, sobretudo no setor terciário que engloba os serviços prestados as atividades profissionais e ainda o trabalho despendido nas atividades não materiais. Sobre esse último ponto, deve-se observar que em Ponta Porã

houve um incremento desse setor, contribuindo para que o município superasse os demais municípios do Estado de Mato Grosso do Sul na geração de empregos, principalmente a partir da década dos anos 1990.

O desenvolvimento contínuo da população que impulsionou ao aumento das pequenas e microempresas no setor terciário, com a prestação de serviços materiais e imateriais, teve saldo negativo no ano de 2018, com mais demissões e menos oferta de empregos e postos de trabalho; categoria abstrata do capital para explicar o desemprego estrutural do sistema capitalista.

Nesse cenário de incertezas o trabalhador desse setor vem sendo cada dia mais explorado em sua força laboral e recebendo um valor ainda menor pelo trabalho que realiza. Dessa maneira, o livro se encontra alinhado com os estudos que demonstram com dados empíricos coletados, por meio de observações in loco e entrevistas feitas com os comerciantes das cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, que o setor de serviços é a força motriz da economia local. O livro é um convite para conhecer a História do Comércio em Ponta Porã. Boa leitura!!!

Vivina Dias Sól Queiróz

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
-------------------------	----

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DE PONTA PORÃ, MATO GROSSO DO SUL - 1890 A 1970	18
---	----

Os Primeiros Registros dos Habitantes de Ponta Porã	18
---	----

Thomaz Larangeira em Villa Real de Concepción e em Três Barras.....	21
--	----

A Imigração de Sulistas no Município de Ponta Porã.....	26
---	----

As Lutas entre a Burguesia Comercial e a Financeira.....	28
--	----

A Exportação da Erva-Mate pela Companhia Matte Laranjeira	30
---	----

Ponta Porã: Atividades Econômicas no Campo e na Cidade	31
--	----

CAPÍTULO II

O COMÉRCIO EM PONTA PORÃ 1940 A 1970	35
---	----

A Transição do Comércio Manufatureiro para o Comércio de Mercadorias Abstratas	36
---	----

O Território de Ponta Porã	39
----------------------------------	----

A Cooperativa	41
---------------------	----

CAPÍTULO III

A EXPANSÃO DA ATIVIDADE PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ, MS

43

O Desenvolvimento Econômico Urbano e Rural de Ponta Porã	44
--	----

As Empresas de Madeiras	45
-------------------------------	----

As Cooperativas Modernas.....	46
-------------------------------	----

O Frigorífico Frigoforte e a Produção Pecuária	48
--	----

A Usina Monte Verde Agroenergética	50
--	----

O Agronegócio.....	53
--------------------	----

As Atividades Produtivas em Ponta Porã	54
--	----

Os Empregos: Admitidos e Desligados em Ponta Porã	56
---	----

A Relação do Número de Empregados com o Número de Trabalhadores Ativos.....	57
--	----

CAPÍTULO IV

A EXPANSÃO DOS SERVIÇOS EM PONTA PORÃ - 2015 a 2019.....

61

O Setor Terciário de Ponta Porã.....	61
--------------------------------------	----

As Microempresas e as Pequenas Empresas nas Atividades de Prestação de Serviços.....	64
O Dispêndio do Trabalho no Setor Terciário.....	69
Ponta Porã: o Turismo de Compras e o Turismo de Negócios.....	70
CAPÍTULO V	
O COMÉRCIO EM PONTA PORÃ- 2015 A 2019	74
O Comércio Varejista.....	74
O Financiamento Bancário do Comerciante	77
O Autosserviço ou o Self-Service no Estabelecimento Comercial	78
A Mercadoria do Comerciante e o Novo Comércio	81
A Mercadoria Comercializada nas Lojas.....	84
Os Momentos da Unidade	85
A Força de Trabalho e Produção do Valor	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
APÊNDICE.....	91
REFERÊNCIAS.....	105

INTRODUÇÃO

A história da ocupação de Ponta Porã foi investigada, neste livro, tendo por eixos principais a expansão da indústria e do comércio, a mudança da produção manufatureira pela produção de indústrias mecanizadas, o domínio inicial do comércio sobre a produção artesanal e manufatureira e a posterior hegemonia da indústria moderna sobre a circulação de mercadorias.

O estudo abrange o período que inicia com os primeiros habitantes da aldeia de Ponta Porã até a atualidade. A ocupação do município organizou-se sob o poderio da Empresa Larangeira S. A, fundada em 1877 na Villa Real de Concepción, PY, que comercializava a erva-mate coletada em Ponta Porã e na região, até o ano de 1882.

A investigação sobre a ocupação e o desenvolvimento da região orientou-se pela exportação e importação de produtos viabilizadas pela comercialização da erva-mate e dos produtos de Ponta Porã que passava pela cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, Departamento de Amambay, PY, e seguia rumo ao porto da Villa Real de Concepción. O transporte dos produtos era feito em carretas, puxadas por animais, através de estradas péssimas, numa extensão de 220 km. O comércio varejista de Ponta Porã comprava suas mercadorias ao longo dessa estrada em grande quantidade. O porto da Villa Real de Concepción foi o centro econômico dos primeiros habitantes de Ponta Porã.

A linha de análise percorreu a circulação da erva-mate e de outros produtos de Ponta Porã numa região monopolizada da Companhia Matte Larangeira, (1882), que operava com capital financeiro e, por meio do Banco Rio e Mato Grosso, especialmente criado para sustentação da empresa ervateira no Sul do Estado, assumiu o papel de burguesia financeira na exploração da erva-mate. A ocupação e o desenvolvimento nos primei-

ros 50 anos do município de Ponta Porã foram estabelecidos, prioritariamente, por esse grupo monopólico, o qual influenciou a organização das atividades do setor terciário da cidade de acordo com suas necessidades.

Os grandes comerciantes do estado de Mato Grosso, depois da Guerra da Tríplice Aliança (1965-1970), representavam a burguesia comercial, radicada nas cidades principais do Estado, Corumbá e Cuiabá, e negociavam produtos padronizados provenientes de empresas industriais modernas, amparadas por capital bancário. Os pequenos comerciantes varejistas de Ponta Porã, entretanto, não tinham muita expressão porque estavam localizados longe dos portos, em território dominado pela Matte Larangeira e estavam submetidos às normas da empresa ervateira.

Nas primeiras décadas de ocupação da região, o comércio de Ponta Porã era fraco, secundário, em meio ao grande comércio da Companhia Matte Larangeira. A partir de 1940, detectou-se a transição de um comércio manufatureiro para um novo comércio, adequado às mercadorias produzidas por indústrias mecanizadas, em âmbito nacional e global.

O Território Federal de Ponta Porã, que perdurou de 1943 a 1946, modificou a estrutura da cidade com aumento do quadro de funcionários, a construção de rodovias e do ramal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, iniciada em 1944 e concluído em 1953, e com a instalação de lojas por parte de sírios e libaneses. O aumento populacional também incrementou o comércio local.

A produção intensiva no campo e na indústria, gerada pela presença do capital financeiro no setor primário e secundário da economia, determinou as condições econômicas e políticas do município, criadas em âmbito nacional pelo poder concentrado do Estado Militar, destacando-se as diversas reformas governamentais, principalmente a Reforma Bancária, em dezembro de 1964, que intensificou a produção, por meio de legislação específica e de financiamentos.

A expansão do primeiro e segundo setor impulsionou a ampliação do setor terciário e, em especial, a do comércio. As microempresas e as pequenas empresas de Ponta Porã propagaram-se nas atividades de prestação de serviços, responsáveis pelo maior índice de empregos na cidade.

As casas comerciais, por sua vez, obrigaram-se a atualizar seus negócios, a intensificar a divisão do trabalho no interior das lojas, a financiar parte das compras de mercadorias, a introduzir tecnologias de informação e de comunicação e a incrementar inovações.

Por fim, o estudo relatado neste livro, ocupou-se com a situação atual das atividades do setor terciário e em especial do comércio na cidade, analisando o trabalho dispendido no interior das lojas e examinando a atuação do lojista nos eixos de seu posicionamento nos diversos momentos da reprodução do capital e da geração do valor da mercadoria.

Os determinantes da modernização do comércio foram as forças de trabalho desenvolvidas que se caracterizaram na intensificação da divisão do trabalho, no uso da informática e dos registros eletrônicos; os negócios de produtos padronizados provenientes das empresas industriais modernas; e a utilização do capital bancário nas negociações. As casas comerciais acresceram ao capital próprio a ajuda financeira de bancos para a aquisição de produtos. Com esse entendimento, compreende-se, também, o princípio de que a produção moderna gerou a modernização do comércio.

Por menor que fosse o volume de seu negócio, o comerciante obrigou-se a investir capital para operar de forma competitiva, adequando-se ao tipo de capitalismo que a burguesia industrial impôs a seus negócios e incrementou a inovação em seu comércio, à medida de suas condições financeiras.

Em suma, as especificidades do setor terciário e do comércio de Ponta Porã manifestam as leis que regem a produção mundial.

A coleta do material de pesquisa foi realizada com dados estatísticos oficiais – RAIS/CAGED, IBGE, SEBRAE, jornais, DOU e sites de diversas instituições. Durante o período da pesquisa (2016 a 2019), visitamos diversos estabelecimentos em Ponta Porã, selecionando-se empresas dos ramos de negócios constantes nos bancos de dados disponíveis, especificamente os existentes em maior número e os ramos com mais ofertas de empregos. Foram colhidos depoimentos de donos de hotéis, restaurantes, lojas de vestuário, casas de ferragens e utensílios para casa, comércio de defensivos agrícolas, fertilizantes e corretivos de solo e estabelecimentos de comércio varejista. As fontes primárias utilizadas foram completadas com os dados disponíveis em registros, relatórios, cadastros, jornais e memórias. As fontes secundárias consultadas foram livros, artigos científicos e revistas que tiveram como tema o município e a região. Por fim, as fontes teóricas foram buscadas nos clássicos da Economia Política e nos escritos de Ianni e de Marx.

Foi realizada uma leitura horizontal das informações levantadas. Depois da sistematização dos dados colhidos, foi feita a análise considerando o comércio de Ponta Porã o objeto singular e local, que expressou o universal das leis que regem a sociedade capitalista.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DE PONTA PORÃ, MATO GROSSO – 1878 a 1970.

O capítulo examina a história e ocupação de Ponta Porã (1878 – 1970), na região ocupada pela Companhia Matte Larangeira, e o desenvolvimento do município após o encerramento das atividades da empresa, em 1945. Desde 1877, a presença da Empresa Matte Larangeira na Villa Real de Concepción, PY, sob o nome de Yerba Matte Larangeira ou, conforme Magalhães (2013b, p. 29), Empresa Larangeira S. A, tornou viável a colocação da erva-mate, colhida na região de Ponta Porã.

Os Primeiro Registros dos Habitantes de Ponta Porã

Comercializando a erva-mate no porto paraguaio, Thomaz Larangeira requereu, em 1878, junto ao Império, terras localizadas em Ponta Porã, às quais denominou Santa Virgínia, Potrero Santo Thomaz, Carambola, por onde, em 1882, passaria o caminho da erva-mate em direção a São Roque: “Requeridas do Império por sua participação na Guerra do Paraguai e pelos serviços prestados à Comissão Binacional de Limites” (MAGALHÃES, 2013b, p, 31).

Em 1919, a Companhia Matte Larangeira que já estava instalada desde 1882, em Três Barras, ao lado de Porto Murtinho, enviou uma carta ao Presidente de Mato Grosso, apresentando-se, inicialmente, como proprietária de Fazenda em Ponta Porã: “A Empresa Matte Larangeira, na qualidade de dona das terras, denominadas Carambola, no município de Ponta Porã”. A seguir, fez uma proposta ao Presidente da Província Dom Aquino Correa: “A permuta das ditas terras por outras do patrimô-

nio do Estado do dito município” (MAGALHÃES, 2013b, p. 108), citando as terras de Japury ou Emboscada para a troca. A direção da Companhia Matte Larangeira expôs o motivo da permuta ao presidente, informando que “Nas terras alludidas estão localizadas cerca de sessenta famílias, em sua maioria brasileiras, cujos chefes são homens dedicados à agricultura e à indústria pastoril, [...] construindo cazas, plantando lavouras, criando gado e outros animais e elaborando herba matte” (CARTA enviada ao Bispo Dom Aquino Correa, presidente de Mato Grosso, a 4 de maio de 1919. Apud: MAGALHÃES, 2013b, p. 108-9). A transação acabou fechada com as terras de Jahape My, localizadas ao lado de Campanário que estava sendo construída para ser a nova Central da companhia.

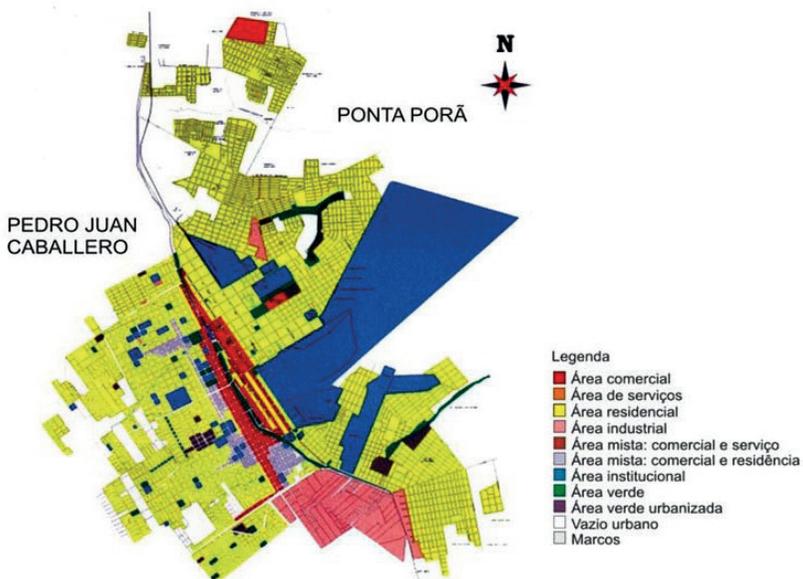
Tem-se, assim, a Fazenda Carambola, a Santo Thomaz e a Santa Virgínia como as primeiras referências às ocupações registradas no município de Ponta Porã. A coleta de erva-mate, o fornecimento de alimento proveniente da agricultura e da pecuária à empresa ervateira, foram as tarefas dos habitantes de que se tem registro em Ponta Porã.

A história da ocupação de Ponta Porã teve início no final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Até 1900, pertencia à Comarca de Nioaque, depois, a Bela Vista. Tornou-se município de Mato Grosso, em 1912.

Em fins do século XIX, a aldeia desenvolveu-se com as atividades da coleta da erva-mate que era exportada para as manufaturas paraguaias, localizadas em Villa Real de Concepción, PY. No porto paraguaio comercializavam a erva-mate diversas empresas, inclusive a Empresa Larangeira, S. A. que ali atuava desde 1877.

O município de Ponta Porã é contíguo a Pedro Juan Caballero, Departamento de Amambay, PY, formando “uma linha de 13.800 metros de extensão dentro dos perímetros urbanos, que as separa por meio de um eixo longitudinal, com 50 metros de largura (25 metros em cada cidade), e demarca o limite internacional” (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

Mapa da fronteira seca de Ponta Porã/MS e Pedro Juan Caballero/PY.



Fonte: Google, 2019.

O capítulo refere-se, ainda, às atividades dos habitantes de Ponta Porã, a comercialização da erva-mate no Paraguai e em Mato Grosso e a produção no campo. O período de abrangência começa no ano de 1878, quando havia apenas uma população miúda a povoar a região, e se estende até 1970. A linha de análise seguiu a evolução do período manufatureiro da produção, em transição ao período moderno de mercadorias produzidas em escala mundial e, ao mesmo tempo, a evolução do comércio varejista em Ponta Porã.

Thomaz Larangeira em Villa Real de Concepción e em Três Barras

A investigação sobre a ocupação e o desenvolvimento da região orientou-se pelos caminhos de ligação que viabilizaram a exportação de produtos, desde o ano de 1877, antes da Companhia Matte Larangeira ter iniciado as atividades ervateiras no Sul do Mato Grosso (1882) – posto que autores fazem a diferença entre início das atividades e início da produção que se deu alguns anos depois – o caminho da exportação da erva-mate, colhida na região de Ponta Porã, passava pela cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, Departamento de Amambay, PY, e terminava no porto de Villa Real de Concepción, onde atuava a Empresa Laranjeira S. A. Toda a comercialização de erva-mate, extraída da região seguia até o porto em carretas, puxadas por animais, através de estradas péssimas, numa extensão de aproximadamente 220 km. Mesmo após a instalação da empresa em solo brasileiro, parte da exportação continuou a ser realizada pelo porto paraguaio.

Conforme Caballero (1984), desde a década de 1870, havia “duas grandes empresas monopolistas da extração de erva-mate: A Empresa Laranjeira S. A. e a Industrial Paraguaya” (CABALLERO, 1984, p. 67), ambas a comercializar no porto paraguaio. Há autores que datam o início da Industrial Paraguaya no ano de 1882.

Com o início efetivo das atividades da Companhia Matte Laranjeira em solo brasileiro, o transporte da erva-mate, colhida em Ponta Porã, seguia até São Roque e, de lá, por ferrovia a Três Barras, acondicionado em sacos. No entanto, uma parte da produção continuava a seguir de Ponta Porã diretamente ao porto da Villa de Concepción.

Segundo Caballero (1984, p. 23) a rota do porto paraguaio a Pedro Juan Caballero “é um dos mais antigos caminhos, talvez da era pré-colombiana-

na”. O autor explica que a estrada já era utilizada por “muitos vizinhos de Villa Real de Concepción em seus trabalhos de coleta da erva e em sua comercialização pelo porto, no final do século XVIII” (CABALLERO, 1984, p. 33s).

O lento desenvolvimento populacional e econômico da aldeia de Ponta Porã deu-se durante muitas décadas sob o domínio da concessionária Companhia Matte Larangeira que, a partir de 1882, instalou postos de coleta nas fazendas da região de Ponta Porã e de Bela Vista:

Trata-se das fazendas Santa Virgínia, Margarida e dos Potreros Santo Thomaz y Carambola. Estes responderiam depois apenas pelo nome de Fazenda Santo Thomaz, situada na fronteira pontaporanense por onde Larangeira começou de fato suas explorações ervateiras no território brasileiro, em data historicamente aceita como sendo 1882 (MAGALHAES, 2013b, p. 31).

Conforme o mapa traçado ainda no século XIX, havia duas rotas que ligavam o atual Mato Grosso do Sul a Villa Real de Concepción: uma delas partia de Ponta Porã, seguindo por Pedro Juan Caballero até o porto paraguaio; um segundo caminho partia de Antônio João/Capitán Babo ao porto paraguaio.

A rota de Ponta Porã a Três Barras, à época da empresa em solo brasileiro, passava pelas fazendas Santa Virgínia (Ponta Porã), Margarida e Monjolinho (Bela Vista). Com a instalação da empresa Larangeira Mendes Cia. em Campanário, a produção da erva-mate descia pelos rios Iguatemy e Amambay, ao porto Monjoli no rio Paraná.

Pesquisar os primeiros tempos da ocupação de Ponta Porã significa adentrar na história de Pedro Juan Caballero e, de lá, alcançar a Villa Real de Concepción. O tráfego comercial de exportação de erva-mate do Brasil e a importação de variados produtos se fazia por Punta Porá, PY, a primeira denominação de Pedro Juan Caballero.

No final da Guerra da Tríplice Aliança, ao longo do rio Paraguai e no Departamento Del Amambay, pequenas empresas de erva-mate a comercializavam, levando-a ao porto (CABALLERO, 1984, p. 68). As terras paraguaias estavam em grande parte na posse do Estado. A crise nas finanças paraguaias, logo após a guerra, preocupou o governo que tomou medidas para sanear a economia. Uma das deliberações foi entregar as terras a pequenas empresas, denominadas *rancheros*, com a finalidade de incrementar a coleta de erva-mate e de quebracho¹, ao longo de vários portos do rio Paraguai (CABALLERO, 1984, p. 33). O autor cita uma lista de 106 *ranchos*, localizados no Departamento de Amambay, onde se produzia a erva-mate, entre 1877 e 1883. Esses ranchos possuíam “expressivo número de seus trabalhadores. Os *rancheros* haviam povoado os *ranchos* de toda a variedade de frutos, em Chirigüelo, Punta Porá e Ca-piibary (CABALLERO, 1984, p. 64). Magalhães (2013b, p. 30) escreve:

No governo do presidente Bernardino Caballero (1880-1886), o Paraguay mudaria radicalmente seu sistema institucional, permitindo a compra e venda de terras públicas no país; surgiu, então, o primeiro latifúndio paraguaio, La Industrial Paraguaya. [...] Nos primeiros anos da década de 1900, La Industrial Paraguaya produzia dois terços de toda a erva paraguaia que era comprada pela Argentina.

Quando Thomaz Larangeira reuniu dinheiro suficiente para o transporte e o abastecimento da erva-mate, fundou a empresa Yerba Matte Larangeira e “começou uma etapa negra para uma extensa região que abarcava o noroeste do Paraguai e grande parte de Mato Grosso, em Ponta Porã” (CABALLERO, 1984, p. 68). O autor refere-se a um momento novo da economia que ocorria no Paraguai a partir de 1877. A ati-

¹ **Quebracho**, do espanhol quiebra-hacha, “quebra machado”, uma referência à dureza da sua madeira. No Brasil ela pode também ser conhecida como braúna ou baraúna, entre vários outros.

vidade dos *rancheros* foi substituída pela política governamental em favor de grandes empresas alemãs, norte-americanas, argentinas e paraguaias. Especificamente, “La Empresa Matte Larangeira e La Industrial Paraguuaia terminaram com aquelas pequenas indústrias e capitais privados e despojaram o estado de suas posses e utilidades inerentes” (CABALLERO, 1984, p. 68). Caballero e também Barret, 1916 e Laino posicionaram-se contra a empresa do brasileiro Larangeira, a favor dos *rancheros*.

Conforme historiadores citados por Caballero (1984), a empresa de Larangeira não abriu novos caminhos dos departamentos até o porto. Utilizou os existentes, os antigos e os abertos pelos *rancheros* na década anterior. O autor cita Barret, 1916 que havia escrito, em 1908: “O Estado não soube defender o território, nem sabe hoje sequer que a Empresa contrabandeia milhões e milhões de arrobas para a Argentina, não sabe proteger a carne inocente dos cidadãos” (BARRET, 1916. Apud CABALLERO, 1984, p. 69).

O Porto de Concepción era o centro de importação e de distribuição de mercadorias. Os comerciantes exerciam o controle sobre os preços e sobre as mercadorias comercializadas na região. Negociavam com os mercados dos grandes centros brasileiros e estrangeiros. A empresa de Thomaz Larangeira e as demais empresas estrangeiras “destrozaron toda la estabilidad socioeconómica y el desarrollo independiente que había alcanzado el Paraguay” (LAINO, 1989, p. 57).

Os governantes, no final da década de 1880, tendo sido eleito novo presidente, haviam voltado suas políticas para as grandes empresas paraguaias e estrangeiras. Segundo Laino (1989, p. 59), “lo peor fue la venta de bienes y tierras a extranjeros (extrangerización), como una forma de reconstrucción del país”.

A Empresa Larangeira organizou o trabalho com a habilidade, destreza e o conhecimento da força de trabalho paraguaia/indígena para

coletar e processar a erva-mate. Quando ainda estava localizada no Paraguai, a empresa elaborou um regime de trabalho próprio. Instituiu um modelo singular de produção que mantinha os trabalhadores na área por anos seguidos. Barret, 1916 (1916), citado por Caballero (1984) explica:

O mecanismo da escravidão é o seguinte: não se alistava jamais um peão sem antecipar-lhe uma certa soma que o infeliz gasta no ato, ou deixa para sua família. Ante o juiz firma um contrato no qual consta o montante de antecipação, estipulando-se que o patrão será reembolsado em trabalho. Uma vez arrebanhado para a selva, o peão fica prisioneiro pelos doze ou quinze anos que, como máximo resistirá aos trabalhos e às penalidades (BARRET, 1916, apud CABALLERO, 1984, p. 68).

Em seguida, Barret, 1916 relata que o peão sempre ficava devendo à companhia, os salários são determinados, mas os preços dos víveres e das roupas no erval são elevados. “Se trata de fugir, é caçado. Se não se consegue trazê-lo de volta, é morto” (BARRET, 1916, apud CABALLERO, 1984, p. 68).

Este modelo foi utilizado pela La Industrial Paraguaya e pela Empresa Larangeira, esta, instalada também em Posadas, Argentina.

Barret, 1916 (1908) ainda descreve a entrevista de um peão:

A tropa, o rebanho de peões, com suas mulheres e seus pequenos, se se permite a família, vão a pé e o erval está a cinquenta, cem léguas. Os capatazes vão a cavalo, revólver no cinto. [...] A Matte suprimiu a semiliberdade de trabalho por dois ou três meses. Era um gasto inútil (BARRET, 1916, apud CABALLERO, 1984, p. 68).

O autor refere-se aos três meses de trabalho, constantes no contrato sempre renovado que os *rancheros* assinavam com os trabalhadores.

No município de Ponta Porã, a extração da erva-mate tinha a garantia da Empresa Larangeira, que comprava e escoava o produto. A garantia ficou renovada, quando a Companhia Matte Larangeira se instalou em Três Barras, Brasil.

A companhia foi financiada pelo Banco Rio e Mato Grosso, instituição presidida por Joaquim Murinho e operada por acionistas do capital internacional. Com o término das atividades do Banco Rio e Mato Grosso, em 1902, Larangeira uniu-se a Francisco Mendes Júnior que atuava como comerciante e industrialista da erva-mate em Buenos Aires e, juntos, criaram a Empresa Matte Larangeira Mendes S.A., com sede em Buenos Aires, que incorporou todos os bens da companhia. Em 1917, houve modificação da razão social para Empresa Matte Larangeira, sem maiores diferenças no monopólio, pois permaneceram os mesmos sócios. No ano de 1929, porém, ocorreu “a separação entre a empresa argentina e a empresa situada no Brasil, constituindo-se a Companhia Matte Larangeira” (CENTENO, 2007, p. 210).

Com a instalação da companhia em Três Barras, a produção da erva-mate era escoada pelo porto construído em Porto Murinho, distante aproximadamente 320 km de Ponta Porã. Em 1918, a Companhia Matte Larangeira mudou sua sede para Campanário, a 90 km da cidade de Ponta Porã, mudando a rota de exportação da erva-mate, utilizando os rios Iguatemy, Amambaí e o rio Paraná.

A Imigração de Sulistas no Município de Ponta Porã

A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893-1895), entre federalistas (maragatos) e republicanos (pica-paus ou chimangos) foi sangrenta e muitas famílias fugiram das perseguições e migraram para o Sul de Mato Grosso a partir de 1893, muitas delas estabeleceram-se na região de Ponta Porã, formando lavouras, ocorrendo uma reestruturação fundi-

ária e produtiva no município, em meio às matas da concessão da Companhia Matte Larangeira. A construção de estradas de rodagem, ligando Ponta Porã a Maracaju e Campo Grande, na década de 1930 e a instalação do Banco do Brasil no município, em 1950, facilitaram o desenvolvimento econômico em geral e, em particular, o comércio. Os novos habitantes de Ponta Porã “Cultivavam o milho, o arroz, o feijão e a cana-de-açúcar em grande escala; o trigo, a cevada e a aveia produziam como na Argentina” (MAGALHÃES, 2013a, p. 251-2). Conforme o autor, o comércio era feito “com a praça do Rio de Janeiro e São Paulo, havendo algumas casas importantes. A sua principal exportação é o mate, cuja indústria ocupa milhares de operários” (MAGALHÃES, 2013a, p. 252).

Considera-se nesta pesquisa, que não havia desenvolvimento significativo em Ponta Porã nos primeiros anos do século XX. Os informes sobre a “praça do Rio de Janeiro e São Paulo”, excluindo-se os negócios da erva-mate, noticiada como ligação comercial de importância, nos causam estranheza. Já era extremamente difícil a viagem de Cuiabá, Corumbá, Porto Murtinho e Concepción ao porto de Santos ou ao do Rio de Janeiro. Além disso, Ponta Porã fica muito distante de qualquer um desses portos fluviais. Talvez, o autor quis referir-se a contatos mantidos mediante o telégrafo ou o telefone.

O professor Gilberto Luiz Alves, em informação oral, expressou que o discurso oficial parece favorecer os caminhos dentro do Brasil e esconder a realidade de que a exportação era totalmente dirigida para Argentina. Atenção deve ser dada ao cunho nacionalista de alguns textos que, muitas vezes, são reproduzidos. O nacionalismo estava em voga em inícios do século XX, tendo como principal intelectual o jurista e jornalista Alberto Torres.

As Lutas entre a Burguesia Comercial e a Financeira

Os gaúchos penetraram na área da Companhia Matte Larangeira. Inicialmente, foram bem-vindos porque produziam alimentos para os milhares de trabalhadores nos ervais. A Companhia exigiu, porém, que, caso encontrassem uma “mancha” de ervais, fizessem a coleta e lhe vendessem o produto.

Os gaúchos, posseiros nas terras da concessão, além de cultivar suas lavouras, transformaram-se em colaboradores da companhia, pois, a única possibilidade de vender a erva-mate colhida era para a Companhia Matte Larangeira, que obteve o monopólio da extração e da comercialização do produto.

No início do século XX, porém, essas famílias exigiram a posse dos lotes. Politicamente, uniram-se aos comerciantes mato-grossenses que lutavam contra a burguesia financeira da empresa de erva-mate pela hegemonia política do Estado, ao contrário dos governantes anteriores que a favoreciam.

O relatório apresentado pelo vice-presidente Antonino Ferrari (1918) para o presidente D. Aquino Corrêa, em 1918, nomeia os moradores rurais da Comarca de Ponta Porã, pretendentes à posse de terras, esperando serem atendidos. Destacou a “situação delicada da Matte Larangeira em relação aos posseiros, os quais estavam amparados pela lei 725” (FERRARI, 1918, apud JESUS, 2004, p. 78s). O vice-presidente cita o contrabando “praticado por alguns posseiros e várias pessoas intrusas a que as autoridades policiais não podiam pôr cobro a tais abusos” (FERRARI, 1918 apud JESUS, 2004, p. 19).

O vice-presidente do Estado solicitou uma medição imediata das terras em litígio: “Aos legítimos posseiros serão concedidos os lotes, com o máximo de 7.200 hectares, quando os campos permitirem esse máximo” (FERRARI, 1918 apud JESUS, 2004, p. 8). Os posseiros eram

brasileiros que habitavam a comarca de Ponta Porã. Note-se que o fracionamento dos ervais da concessão ocorreu em 1915, pela Resolução 911, e reeditado em 22 de julho de 1924.

Em 1925, o então vice-presidente do Estado, Estêvão Alves Corrêa, sancionou a Resolução 930, proibindo novos contratos de arrendamento de ervais e reservando a partir de 1927 a venda dos lotes de 3.600 hectares (MACHADO, 2000, p. 32). A posição de diversos governantes ficou clara ao combater o capital financeiro e favorecer as famílias gaúchas e, também, mineiras, moradoras nos Campos de Vacaria, todas produzindo em campos de lavoura e de pasto.

As lutas entre adversários políticos duraram anos. Quando da instalação da Companhia Matte Larangeira e em duas décadas de atividades, os governantes de Cuiabá protegiam cabalmente a empresa. À época, surgiram produtores independentes, organizadas em empresas. Os governantes, porém, os eliminaram em favor do monopólio, relacionando-os ao “contrabando” ou “roubo” da erva-mate.

Da mesma forma, os políticos favoráveis aos comerciantes, quando ascenderam ao governo e lutaram contra a hegemonia da Companhia Matte Larangeira, encontraram-se combatendo o contrabando. Jesus (2004, p. 63) encontrou a Mensagem de Costa Marques (1912), Presidente do Estado de Mato Grosso, de 13 de maio de 1913, que relatou a denúncia de “comércio clandestino, acarretando a queda de receita”.

O presidente refere-se a depoimentos de habitantes de Ponta Porã que afirmaram: “N’ éssa fronteira livre, até Ipehum, (Paranhos), o contrabando só da erva-mate ascende a mais de 140 mil arrobas castelhanas, ou seja, 1.400.000 kilogramas”. Prossegue, resumindo os depoimentos colhidos:

A erva contrabandeadada segue em carretas para Villa Concepción do Paraguay, que dista de Ponta Porã umas 70 léguas. Viram alli, na povoação paraguaya,

alguns dos membros da minha comitiva grande depósito de erva contrabandeada, que estava sendo despachada para Villa Concepción. Essa erva é quase toda negociada por mercadorias procedentes da república vizinha, as quais também entram para o Brasil pelos mesmos processos (COSTA MARQUES, 1912 apud JESUS, 2004, p. 63).

Quando o presidente emitiu esta Mensagem, a “república vizinha”, o Paraguai estava sob o domínio das grandes empresas internacionais, desde o final do século XIX.

A Exportação da Erva-Mate pela Companhia Matte Laranjeira

A erva-mate colhida em Ponta Porã, ainda no século XIX, foi exportada ao porto da Villa de Concepción, distante 220 quilômetros. Com a construção do porto em Três Barras, a exportação seguia pelo rio Paraguai. Com a transferência da sede da Empresa Matte Laranjeira Mendes para Campanário, Caarapã, (1918/1919), os portos de escoamento da erva-mate passaram a ser os do rio Paraná. Na década de 1940, ao término da Companhia, a comercialização da erva-mate pela Cooperativa dos Produtores de Erva-Mate voltou a ser feita por Concepción. Neste momento, estava desativada a Fazenda Campanário, distante 90 km de Ponta Porã.

A Companhia Matte Laranjeira, na sua história (1891 a 1943) deteve uma tecnologia da produção e utilizava capital financeiro para a produção da erva-mate. Não necessitou despende um capital para aquisição da área, visto que conseguiu a concessão do Governo Imperial, ratificada pela Velha República. Ao adquirir as terras da região sul e ao concentrá-las em suas mãos, não houve dispêndio de capital, com exceção de algumas áreas que ela comprou. Ao entrar em produção, estava amparada pelo capital financeiro do Banco Rio Mato Grosso,

especialmente criado para financiar a extração e a comercialização da erva-mate no Sul de Mato Grosso.

A linha de análise revelou, de início, que Ponta Porã se desenvolveu dentro de um contexto de região monopolizada, operada com capital financeiro. A ocupação e o desenvolvimento nos primeiros 50 anos do município de Ponta Porã foram estabelecidos, prioritariamente, pelo grupo monopólico, o qual influenciou a organização das atividades do setor terciário da cidade de acordo com suas necessidades.

Levanta-se uma questão: a Companhia Matte Larangeira, antes de 1918, utilizava também o porto de Concepción para exportar seus produtos colhidos em Ponta Porã? Ou, utilizava exclusivamente o porto do rio Paraguai? Ela tinha grandes negócios de erva-mate no Paraguai, desde 1877, com sede em Concepción, o que lhe dava respaldo e garantia de exportação. Além disso, a distância, via terrestre, de Ponta Porã ao porto de Concepción é de 220 km. A companhia cunhou sua verdade de que exportava toda a erva-mate unicamente pelo porto que construíra em Porto Murtinho, que fica distante 310 km de Ponta Porã, via terrestre, sendo 25 km de ferrovia. Completa-se a informação com a distância de Porto Murtinho a Concepción de aproximadamente 300 km de navegação fluvial pelo rio Paraguai. Antes da instalação da Fazenda Campanário (1918/1919), distante 90 km de Ponta Porã, é de se supor que a Companhia Matte Larangeira utilizava também a rota Ponta Porã - Concepción.

Ponta Porã: Atividades Econômicas no Campo e na Cidade

Ponta Porã iniciou a ocupação do solo, subordinada ao monopólio financiado pelo capital do Banco Rio Mato Grosso. Ocorreu na prática das atividades o que Lênin definiu como: “O antigo capitalismo deu lugar ao novo, em que o domínio do capital financeiro substituiu o

domínio do capital em geral” (LÊNIN, 1982, p. 45), ou a substituição da livre concorrência pelo monopólio. Este foi o cenário em que nasceu e se desenvolveu Ponta Porã.

A empresa monopólica abriu clareiras nas manchas de ervais, construiu estradas pelas matas e ofertou um grande volume de empregos na manufatura da erva-mate, trabalhos difíceis, sem os direitos dos trabalhadores e explorou economicamente a região de seu domínio.

A construção dos estabelecimentos da Companhia Matte Laranjeira em Campanário teve início com a permuta da Fazenda Carambola pelas terras de Jahape My. A permuta confirma a organização do espaço da agricultura e da pecuária realizada pelos gaúchos.

Além da exploração da terra houve o desmatamento e os negócios da madeira começaram a ser operados por empresas de outros estados que, ao término da exploração, retornaram às suas regiões, onde aplicaram o lucro auferido. A despeito da devastação, a indústria da madeira deixou áreas inteiras semi-preparadas para as lavouras.

Neste espaço, controlado pelo monopólio, a situação do comércio na fronteira estava restrita às necessidades da Companhia Matte Laranjeira, mas, se desenvolvia com lentidão. Diferentemente de Ponta Porã, a casa comercial mais importante localizava-se em Corumbá, até 1929, em forma de monopólio comercial. Alves (2005, p. 37) a descreve:

As casas comerciais [...] exerciam o monopólio do comércio de importação; controlavam grande parte do comércio de exportação e a navegação; dispunham de “seções bancárias” que, além de empreenderem operações próprias, funcionavam como intermediárias de bancos nacionais e estrangeiros; representavam companhias seguradoras; incorporavam indústrias e apropriavam-se de terras para explorar a pecuária, a agricultura e a extração de produtos vegetais e minerais (ALVES, 2005, p. 70).

O comércio mais avançado estava em Corumbá. Entretanto, Ponta Porã não comercializava com os negociantes de Corumbá. A distância (620 km) os impedia. Apesar de Magalhães (2013a) sugerir um contato havido pelos comerciantes de Ponta Porã com São Paulo e Rio de Janeiro, a importação e a exportação dos produtos comercializados tinham a rota de Concepción durante as primeiras duas décadas do século XX. Seguiam caminho para o porto paraguaio. A partir de 1918/1919, o caminho dos produtos da erva-mate seguia de Campanário em direção ao rio Paraná, facilitando o escoamento da produção ervateira de Ponta Porã para a Argentina. Na década de 1930, foram abertos caminhos rodoviários que facilitaram o comércio.

Mato Grosso estava transitando do período manufatureiro para a maquinaria industrial, ao final do século XIX: “Assim como essa transição definiu a superação da indústria manufatureira pela moderna, também o comércio manufatureiro foi superado, nesse momento, por um comércio novo” (ALVES, 2005, p. 51). Assim, o comércio manufatureiro estava em vias de mudança para um comércio de mercadorias produzidas em âmbito mundial. Isso estava evidente em Corumbá, onde os grandes comerciantes representavam a burguesia comercial, radicada nas cidades principais do Estado e hegemônica entre os políticos de Cuiabá.

Os pequenos comerciantes de Ponta Porã, entretanto, não tinham muita expressão, espremidos entre os grandes negócios da Companhia Matte Larangeira e submetidos ao capitalismo financeiro estabelecido pelo dono dos ervais.

De acordo com Magalhães, (2013a), por volta de 1920, o primeiro estabelecimento comercial implantado em Ponta Porã foi a Casa Brasil da família Campos, que comercializava ferramentas e utensílios domésticos. A Casa Pinto Costa, da família José Pinto Costa negociava todos os tipos de ferramentas e peças para carretas de bois. Era um estabelecimento de secos e molhados e vendia gasolina em galões de 20 litros, pois,

não havia postos de combustíveis. Em 1920, podia-se contar nos dedos o número de veículos movidos por combustível em Ponta Porã.

Os estabelecimentos comerciais que se instalaram em Ponta Porã a partir de 1920 foram: A Conquistadora e a Casa Futurista dos irmãos Brandão, ambas na Avenida Internacional, vendendo ferragens e ferramentas por atacado; a Casa Colonial, da família Arguello, que vendia tecidos, confecções, ferramentas e ferragens; a Casa Syria, que existe até hoje, porém instalada no lado paraguaio, comercializando tecidos e avia-mentos; a primeira casa de móveis da família Ale. A família Esgaib abriu uma loja de aviaamentos; e, em 1933, de propriedade da família Cogorno, a Casa Nypon (no lado brasileiro) e as casas China e Rosa (no lado paraguaio). Considera-se este comércio manufatureiro em transição para o comércio de produtos industriais.

Em 1935, comerciantes de origem árabe, syria e libanesa chegaram à cidade. Alguns deles abriram estabelecimentos comerciais e atacadistas de secos e molhados e outros se tornaram pecuaristas ou coletores de erva-mate. O volume de comerciantes que se instalou em Ponta Porã é um indicador da transição do comércio de físicos para o comércio abstrato nos dois municípios de fronteira. Também na região impôs-se “o reino da abstração sobre o das coisas”, o comerciante cosmopolita sobre o comerciante provinciano (ALVES, 2003, p. 67).

CAPÍTULO II

O COMÉRCIO EM PONTA PORÃ DE 1940 A 1970

A criação do Território Federal de Ponta Porã, pelo Decreto-Lei 5.812, de 1943, do governo Vargas, a construção da rodovia Ponta Porã a Maracaju e a Campo Grande, além da construção do ramal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, iniciado em 1944 e concluído em 1953, que se estendeu até Ponta Porã, resultaram no desenvolvimento significativo da “economia, educação, saúde, comunicação, saneamento e povoamento” (MAGALHÃES 2013a) do município.

Na década de 1940, a integração das lojas Nipon, China e Rosa, em um grande empório, denominado Casa China, localizado em Pedro Juan Caballero, passou a vender em um único estabelecimento produtos das indústrias internacionais. A partir deste estabelecimento modificou-se todo o comércio nas duas cidades vizinhas.

As atividades dos mascates, que, em décadas anteriores, percorriam o interior do município vendendo panos e utensílios domésticos, continuaram a ocorrer com visitas ao interior do município, agora realizadas pelos comerciantes estabelecidos em lojas, conforme depoimentos de cidadãos de Ponta Porã. Essa atividade diminuía à medida que os moradores rurais utilizavam o ônibus que os levava das aldeias à cidade, ainda na década de 1950.

A análise histórica do movimento do capital demonstrou que os mecanismos de comercialização dos produtos sofreram uma mudança equivalente à operada nas técnicas de produção. Designamos a lenta expansão do comércio de Ponta Porã como transição de um comércio de produtos artesanais e manufaturados por um novo comércio, o das mercadorias abstratas.

A Transição do Comércio Manufatureiro para o Comércio de Mercadorias abstratas

A introdução de mercadorias em grande quantidade nas lojas de comerciantes locais originou um comércio novo. Hoff (2016, p. 9) explica a mudança de compra e venda de produtos nas lojas “não mais em fardos, em caixas de madeira a granel, em sacas, que deixavam a mercadoria exposta, tangível e visível ao comerciante comprador”. Friginals (1989) cunhou essa fase como “comerciantes de físicos”. O autor denominou a fase que substituiu a anterior de “o reino da abstração”.

No novo comércio as mercadorias apareceram com critérios estipulados pela Junta Comercial, com registro publicado no Diário Oficial da União, “comercializando os produtos em pacotes fechados, maços com unidades com quantidades determinadas, marca registrada e com descrição do teor do produto” (HOFF, 2016, p. 9). A mudança de

Comerciante de físicos para um mercado de comércio abstrato foi possível pela presença de bancos, introdução da maquinaria na produção, transporte ferroviário e fluvial, telégrafo e telefone, novas técnicas do comércio e, também, pela criação de tipografias e litografias nas cidades (HOFF, 2016, p. 9).

A pouca articulação da cidade com os centros dinâmicos do mercado dava força aos comerciantes “de físicos”. Eles, com algum capital, subordinavam os produtores artesanais e manufatureiros à compra e a seus preços. Ao receber os produtos, o comerciante observava, apalpava, cheirava o produto e estipulava o preço. Por isso, Friginals (1989) escreveu que os “comerciantes de físicos” ficavam adstritos a seus armazéns, a fim de controlar a qualidade das compras e os preços.

No período manufatureiro a produção estava subordinada ao comércio. Os comerciantes, com capital, mesmo reduzido, encomendavam

e compravam mercadorias diretamente aos produtores e às manufaturas com vistas à comercialização. Tal foi o caso do comércio varejista de Ponta Porã nos primeiros tempos de existência.

Pelos estudos que realizamos sobre o comércio varejista de Ponta Porã podemos determinar a década de 1940 como evidente da transição analisada. Foi quando surgiu um comércio de mercadorias abstratas, colocadas na circulação por indústrias modernas, principalmente, oligopólios estrangeiros e nacionais. Nessa década aparecem indícios claros sobre a substituição de um comércio manufatureiro pelo período da abstração da mercadoria. Consideramos, neste estudo, que esse novo comércio, iniciado na década de 1940, consolidou-se em 1970, com a extensa plantação de soja e de milho na região.

Magalhaes (2013a) afirma que a instalação do Território Federal de Ponta Porã, em 1943, dinamizou a atividade comercial na região, pois, além de levar diversos funcionários públicos para Ponta Porã, possibilitou a abertura de estradas que uniram a cidade a Campo Grande. Ramirez (2002) entende que a expansão da fronteira agrícola, a partir de 1970, firmou o comércio de produtos importados, transformando a região em um importante centro urbano regional.

O comércio se modificou quando o comerciante teve que defrontar-se com as “novas leis desse mercado” (ALVES, 2005, p. 54). A transição favoreceu as atividades do negociante, pois, liberava-se do armazém para estabelecer contatos com os centros comerciais e com as bolsas de comércio, existentes desde 1919 no Brasil. O telégrafo e o telefone foram os principais instrumentos de contato do comerciante com o comércio brasileiro e mundial.

Em Ponta Porã, os estabelecimentos comerciais fortaleceram-se com a comercialização de novos produtos. As mercadorias importadas, produzidas pela indústria moderna mundial, apareceram nas vitrines das

lojas. De acordo com Magalhães (2013a), por volta de 1940, transportavam-se os produtos de importação e de exportação não mais em carretas, mas com a utilização do denominado “fordinho”, informação também prestada por um dos donos da família Cogorno ao pesquisador Marco Aurélio Pires Perroni.

Os comerciantes, atacadistas e varejistas, de Ponta Porã, evidentemente, demoraram para se adaptar ao comércio moderno, porque exigia um novo capital que cobrisse as despesas com a administração, a contabilidade, os equipamentos e demandava maior racionalidade nos negócios. Embora, nas décadas anteriores, o domínio da Companhia Matte Larangeira sobre a região tenha adequado, pouco a pouco, a burguesia local ao tipo de empresa imperialista, o comércio de Ponta Porã tinha dificuldades para implementar um comércio moderno.

Na região impôs-se lentamente o reino da abstração sobre o das coisas, o reino do “comerciante cosmopolita sobre o comerciante provinciano” (ALVES, 2003, p. 67). Em âmbito mundial, a substituição da produção manufatureira pela indústria mecanizada já havia ocorrido nas últimas décadas do século XIX.

A partir de 1935, comerciantes de origem árabe, síria e libanesa, chegaram à cidade. Alguns deles abriram estabelecimentos comerciais e atacados, de secos e molhados. O comércio de Ponta Porã, que estava sob o domínio da produção manufatureira de erva-mate, que impunha seu tipo de produção aos povoados e à cidade de Ponta Porã, agora recebe novos ares com a chegada dos novos comerciantes. O comércio a varejo adaptou-se às mercadorias modernas.

A substituição de um tipo de comércio por um novo tipo ficou materializada por grandes empórios e lojas, instalados em Ponta Porã e em Pedro Juan Caballero, em décadas posteriores.

O Território de Ponta Porã

O Território de Ponta Porã abrangia os municípios de Ponta Porã, Porto Murtinho, Bela Vista, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracaju.

O desenvolvimento do Sul de Mato Grosso é entendido como a presença da burguesia financeira na região, considerado como o mais avançado capitalismo, este em sua fase dos impérios e do capital financeiro. A Companhia Matte Larangeira foi um monopólio que dominou nas terras do Sul do Mato Grosso, até inícios de 1940. A melhor erva em qualidade avaliada era a natural da região de Ponta Porã.

A empresa tinha todo o apoio dos governantes de Cuiabá nos primeiros anos. Aos poucos o apoio foi mudando e o poder político do governo mato-grossense, a partir de 1908, opuseram-se ao poder monopolista e financeiro da erva-mate. Ocorreram lutas, às vezes sangrentas, outras vezes políticas, pelo domínio político e econômico de Mato Grosso entre a burguesia comercial e a burguesia financeira, que somente terminaram quando o presidente Getúlio Vargas eliminou o poder dos coronéis e políticos locais com a instalação do Território de Ponta Porã. Com o Território instalado, desenvolveu-se o município com melhorias nos transportes, incentivo agrícola e pecuária, a instalação de novas instituições e com a presença em Ponta Porã de uma grande população de funcionários e trabalhadores.

Ao pesquisar as atividades da Companhia Matte Larangeira, entende-se a concentração de capital e a utilização de forças produtivas adequadas às atividades da erva-mate – força de trabalho e instrumentos de manufatura. Acresce-se um grande número de engenheiros especializados em abertura de vias e meios de comunicação, sendo muitos deles recrutados de outros países. As novas condições do capitalismo financeiro possibilitaram que a região de Ponta Porã superasse, embora tardiamente, um comércio manufatureiro e utilizasse mercadorias provenientes da produção mundial. Ponta Porã, em 1912, foi elevada a município.

A empresa de erva-mate instalou-se como domínio político e econômico da burguesia financeira, em disputas constantes com a casa comercial unida aos governantes de Cuiabá. Foi responsável pelo surgimento de aldeias e, posteriormente, de municípios na região da erva-mate, entre eles Ponta Porã.

A particularidade da atuação da companhia foi estabelecer a organização manufatureira nos ervais, tendo o capital financeiro à disposição para as atividades. (CENTENO, 2007, p.123s).

O período manufatureiro do comércio pontaporanense ocorreu com fraco desenvolvimento até aproximadamente 1940. O comerciante permanecia no seu armazém e na sua loja para ver a qualidade do produto a granel e fixar-lhe um preço, tal como Friginals (1989) descreveu os “comerciantes de físicos” do período manufatureiro.

Novas condições da produção mundial objetivada pela indústria mecanicista possibilitaram que a região de Ponta Porã superasse, embora tardiamente, um comércio manufatureiro e comercializasse mercadorias provenientes da produção mundial.

O desenvolvimento do Sul de Mato Grosso é entendido como a presença da burguesia financeira na região, considerado como o mais avançado capitalismo, este em monopólio que dominou nas terras do Sul do Mato Grosso. A melhor erva em qualidade avaliada foi a natural da região de Ponta Porã. A companhia era a empresa da burguesia financeira a lutar pela hegemonia política do Estado. As lutas duraram décadas. Para terminar com as disputas pela hegemonia política do Estado, Getúlio Vargas em 1943 instalou o Território de Ponta Porã.

Com o término das atividades produtivas da Companhia Matte Larangeira (1943), os novos proprietários das terras no Sul de Mato Grosso tiveram dificuldades para exportar a erva-mate colhida.

A Cooperativa

Nova situação econômica surgiu no setor da erva-mate em Ponta Porã com o término das atividades da Companhia Matte Larangeira.

O município foi favorecido com o estabelecimento do Território de Ponta Porã (1943-1946), pois, com ele, houve uma transformação da estrutura produtiva e fundiária em Ponta Porã. A distribuição de títulos de propriedade de terras e a intensificação da pecuária e da produção de cereais, no entanto, não extinguiu a coleta de erva-mate. Ervais existentes dentro das pequenas e médias propriedades foram explorados pelos novos proprietários, procurando apoio para a comercialização que se fortaleceu, quando os agricultores criaram cooperativas de erva-mate na região, após a extinção do Território, em 1945.

O jornal Folha do Povo veiculou a campanha pela criação da cooperativa. Com o incentivo do governo, possibilitou-se, temporariamente, negociar o volume de erva-mate colhida com as empresas da Argentina, via porto de Concepción. Aral Moreira tomou a frente dos negócios da exportação da erva-mate. Refere-se, em Carta (1952) que está providenciando “o carregamento de seiscentos e tantos mil quilos que temos em Concepción, em nome da Sociedade Cooperativa de Produtores de Mate de Ponta Porã” (MOREIRA, 1907).

Aral Moreira foi advogado, pecuarista, ervateiro e jornalista. Exerceu os cargos de prefeito de Ponta Porã e de deputado federal. Tinha preocupação com os ervais da região e com os seus próprios ervais, cujos frutos não tinham comercialização. Como deputado, solicitou dinheiro do Estado e conseguiu crédito na Caixa de Crédito Cooperativo para a Cooperativa de Produtores de Mate de Ponta Porã. Como deputado federal, fez vários discursos solicitando, inutilmente, a restauração do Território (MOREIRA, 1952, apud FRÓES, 2007).

As operações bancárias, realizadas por Moreira, que eram financiadas pela Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), favoreceram os cooperados. O capital bancário estava presente em financiamentos da cooperativa e empréstimos aos produtores, com a finalidade de colheita, secagem, moagem, classificação, ensacamento e transporte da erva-mate (MAGALHÃES, 2013a).

CAPÍTULO III

A EXPANSÃO DA ATIVIDADE PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ, MS – 1970 A 2019

O objeto deste capítulo é a expansão e a modernização da atividade produtiva em Ponta Porã no período de 1970 a 2019. Por modernização entendem-se as operações que as empresas utilizam como a divisão do trabalho, as tecnologias avançadas, o empréstimo financeiro e os imperativos das leis gerais do mercado mundial. O objetivo foi investigar como a modernização e a expansão da agropecuária e da indústria se constituíram fator de ampliação das trocas de bens produzidos na região e de mercadorias disponíveis no mercado. Para concretizar esse objetivo, investigamos alguns aspectos importantes para se obter uma base da produção material que foi capaz de gerar um aumento da expansão e da modernização do comércio varejista de Ponta Porã.

O período do estudo caracterizou-se pela produção intensiva no campo e na indústria, gerada pela presença do capital financeiro no setor primário e secundário da economia. As condições econômicas e políticas brasileiras, também de Ponta Porã, foram criadas pela concentração do poder do Estado Militar, inicialmente com a Reforma Bancária, em 1965 que intensificou a produção, por meio de legislação específica e de financiamentos.

Este capítulo prepara, assim, o próximo que investigará o comportamento econômico do comerciante a obrigar-se a atualizar seus negócios. Intensificando a divisão do trabalho dentro da loja, financiando a compra das mercadorias, introduzindo tecnologias de informação e de comunicação e incrementando inovações.

O Desenvolvimento Econômico Urbano e Rural de Ponta Porã

A investigação da expansão econômica de Ponta Porã, de 1970 a 2019, realizou-se com a construção científica da explicação que implicou, inicialmente, no reconhecimento de que os fatos não se dão a conhecer imediatamente, porque a realidade é complexa, heterogênea, intrincada, contraditória e é injusta. Examiná-la, com profundidade, foi possível graças aos dados disponíveis que serviram para mapear e registrar os eventos.

Registrar os conteúdos dos depoimentos e de documentos, considerados como dimensão do real, foi o primeiro passo para realizar uma visão crítica do real. Para completar a análise, apreendeu-se como as mercadorias físicas e visíveis, negociadas em Ponta Porã, mercadorias prontas e acabadas, a seduzir os compradores nas lojas, ocultam leis gerais que regem a produção social. O entendimento se dá com a categoria singular/universal. A singularidade das atividades agropecuárias e industriais do município foi entendida como expressão particular da produção geral de mercadorias ou da produção que segue as leis gerais da reprodução do capital.

A implantação de cooperativas modernas constituiu-se passo importante para o desenvolvimento social e econômico. Elas, em sua forma singular de ser e de atuar, seguiram também as leis gerais das atividades econômicas do país e do mundo, da mesma forma como as demais atividades produtivas e comerciais.

Foi preciso entender como a agropecuária em seus segmentos de produção de cana-de-açúcar, pecuária e de grãos, a indústria em seus produtos e os componentes do setor terciário, divididos em serviços básicos de turismo, saúde, educação, alimentação e outros, estabeleceram atividades econômicas singulares no município de Ponta Porã. Ao mesmo tempo, os três setores expressaram na sua concretude as leis gerais que regem a produção em sua totalidade.

As Empresas de Madeiras

Com a entrada de brasiguaios nos departamentos de Alto Paraná, Hernandierias e Amambay, o desmatamento produziu forte comércio em Ponta Porã, principalmente após 1970. Os brasileiros adquiriram grandes extensões de território nesses departamentos.

A empresa colonizadora brasileira Karapá SRL adquiriu “mais de 80.000 hectares no Paraguai”, na linha de fronteira. Laino (1979) informa que “a colônia Kanediyu é a única de maioria Paraguai ao longo da fronteira” (LAINO, 1979, p. 79). Nas demais colônias dominam os brasileiros. Em 1977, a maioria das terras paraguaias na fronteira com o Brasil pertenciam “a grandes empresas brasileiras [...] como a Companhia Americana do ex-chanceler do Brasil Mário Gibson Barbosa, proprietário de 80.000 hectares no Paraguai” (LAINO, 1979, p. 80).

Foram instaladas grandes serrarias para preparar e negociar a produção madeireira no mercado brasileiro, através de Ponta Porã, Bela Vista e Capitán Bado. Em Ponta Porã os madeireiros utilizaram o ramal ferroviário, num “movimento sem precedentes no transporte de mercadorias para São Paulo. Durante o primeiro semestre de 1974 transportou-se pelo ramal de Ponta Porã, um volume de 74.296 toneladas do Brasil para o Paraguai e em direção oposta 14.871 toneladas” (LAINO, 1979, p. 144). Sem passar pelo fisco paraguaio, o volume do contrabando foi extenso.

Para se ter uma ideia da produção madeireira, “constatou-se em Pedro Juan Caballero a existência de 42 serrarias em 1974” (LAINO, 1979, p. 150). O autor apresentou o nome das firmas, sendo 22 brasileiras; seis brasileiras/paraguaias; seis paraguaias; e oito japonesas.

Os Lunardeli, com milhões de pés de café em São Paulo e Paraná, adquiriram sete fazendas, em 1954, principalmente no Departamento de Amambay: “A evolução dos territórios dos Lunardeli nos mostra uma clara

tendência à especulação” (LAINO, 1979, p. 133). Trata-se de uma empreiteira pseudo-colonizadora que especulou a alta da terra e, na década de 1970, dividiu o território para a venda de lotes a agricultores brasileiros.

As Cooperativas Modernas

Em Ponta Porã, a criação das cooperativas, na década de 1970, a implantação do Frigorífico Frigoforte (1995) e da usina sucroenergética (2009) na cidade e o incremento da pecuária e da produção de soja e milho foram marcos importantes para o desenvolvimento econômico. Os grupos econômicos garantiram a produção industrial, a criação no campo e a plantação de cana-de-açúcar, pois, o capital submeteu diretamente o trabalho agrícola.

A instalação da cooperativa moderna em Ponta Porã se deu com a chegada da COTRIJUI, na década de 1970. Em 1993, entrou em crise e foi adquirida pela COOAGRI. Em 2010 jornais noticiaram que dois armazéns localizados em Ponta Porã foram comprados, um pela COAMO Agroindustrial Cooperativa – de Campo Mourão, PR e o outro pela Cooperativa LAR – Medianeira, PR.

O cooperativismo moderno, que se organizou com estruturas tecnológicas de comercialização e de industrialização, viabilizadas pelo capital financeiro, teve início com a implantação da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, também denominada Lei da Reforma Bancária. A lei colocou as cooperativas no mesmo patamar das instituições financeiras, ou seja, como viabilizadoras do capital financeiro para a agricultura: o banco financiava a instalação, os implementos e o capital; e avalizava os empréstimos dos agricultores nos bancos com vistas ao financiamento da produção.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foi criada em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, à base da legislação de anos anteriores, que subsumiu o cooperativis-

mo às políticas do Estado, que outorgou ao capital financeiro a tarefa de promover a produção, a comercialização e a industrialização dos produtos agrícolas, mediadas pelas cooperativas. Os benefícios fornecidos pelo Estado destinados às cooperativas, como isenções fiscais e créditos subsidiados, ocasionaram a possibilidade de financiar a matéria-prima, de industrializar e comercializar o produto.

A partir de 1980, as crises começaram a assolar as cooperativas modernas. Houve quem afirmasse ser uma década perdida para o desenvolvimento. As alterações na política econômica brasileira levaram as cooperativas a uma crise financeira sem precedentes. Na década de 1990, as cooperativas agropecuárias passaram a assumir grandes riscos, pois atuavam como bancos fornecendo os recursos aos produtores rurais que não conseguiam captá-los no mercado financeiro. A crise se estabelecia, quando o produtor não conseguia produzir por vários fatores, não honrava os compromissos com a cooperativa que precisava renegociar suas dívidas com os agentes financeiros a taxas de juros mais altas (GIMENES et al., 2008).

É importante destacar que a Federação das Cooperativas (1950), a COTRIJUI (1970), a COOAGRI (1973) e a LAR utilizaram o financiamento para subsidiar os recursos aos seus cooperados. Algumas delas tiveram dificuldades enormes, pois não conseguiram pagar os empréstimos realizados nos bancos e o capital-dinheiro estava inteiramente ligado às agências bancárias, que deixaram de ser simples intermediários para se tornarem donos da quase totalidade do capital-dinheiro e da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas. Essa forma de apropriação que, mundialmente, os bancos fizeram sobre a produção foi analisada por Lênin (1982, p. 30s).

Os bancos investiram nas cooperativas, apossando-se de boa parte das riquezas que produziram. Com os altos juros cobrados pelos bancos e por outros motivos, a COTRIJUI e a COOAGRI entraram em concordata.

A COAMO e LAR permaneceram no município. A primeira é responsável pela unidade de Lagunita, em Ponta Porã, desde 26 de fevereiro de 2010. Acompanha a produção dos seus cooperados e dá suporte desde o planejamento do plantio até a comercialização da safra. Garante aos seus cooperados linhas de financiamentos para aquisição de máquinas e implementos, investimentos em fertilidade do solo e calcário, além da permuta a prazo de safra para a aquisição de insumos para a implantação das lavouras (JORNAL COAMO, 2013).

A Cooperativa Agroindustrial LAR possui 28 unidades em Mato Grosso do Sul, sendo uma delas em Ponta Porã. Em 2015, na unidade operacional de Ponta Porã, investiu R\$ 1.450.047,38 para implantação de balança e tombador (plataforma de pesagem de cargas) (COOPERATIVA Agroindustrial Lar, s/d).

As cooperativas têm sua base no campo. A produção nas atividades agrícolas estabelece a necessidade de proteção econômica, representada pelas cooperativas. Para Graziano Neto (1985, p. 27) “... a chamada modernização da agricultura não é outra coisa que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira”. Ao se modernizar, o campo acaba por beneficiar determinados produtos e produtores. As populações rurais perdem seu espaço na agricultura de subsistência e a agricultura de exportação dita as novas regras (TEIXEIRA, 2005).

O Frigorífico Frigoforte e a Produção Pecuária

Segundo o que consta no Diário Oficial de Ponta Porã de 26 de dezembro de 2007, o Estado promoveu por meio do Programa Indusporã a instalação de indústrias que “recebem isenção e redução de impostos e taxas municipais, apoio na construção do prédio e infraestrutura, além de doação do imóvel onde a planta industrial é construída”. (Diário Oficial do Município, 26 de dezembro de 2007).

A intensificação das atividades do Frigoforte (2008) foi consequência do Programa Indusporã. O frigorífico instalou tecnologias industriais para o abate, a exportação e a importação. Conforme o banco de dados da SEMADE (2017), o frigorífico iniciou suas atividades no município de Ponta Porã em 1995 e se enquadrava, segundo o critério de classificação de indústria do SEBRAE (2016), em empresa de médio porte. Manteve atividades nos anos de 1996 e 1997 dentro da mesma classificação. No período de 1998 a 2004, obteve a classificação de microempresa, pois empregou de um a quatro funcionários, concluindo-se que, praticamente, paralisou as atividades de abate.

De acordo com o CAGED (2015), o Frigoforte retomou as atividades, empregando de 250 a 499 funcionários, no período de 2008 a 2012, abatendo cerca de 400 bovinos ao dia. De 2013 a 2015, empregou de 100 a 249 funcionários e abateu cerca de 300 bovinos ao dia. A diminuição da força de trabalho pela metade, no segundo período, indicou a mecanização de setores da empresa e a diminuição relativa do número de abates de 400 para 300, ocorrida conforme as leis do mercado.

Os principais rebanhos do município distribuíram-se na criação de bovinos, suínos, equinos, ovinos e aves (galinhas, galos, frangos e pintos). O rebanho de bovinos diminuiu de 254.164 cabeças em 2010 para 156.650 em 2014. A produção de aves somava 239 mil cabeças, em 2010, e 252 mil cabeças em 2014, aumentando alguns números na produção. Os demais rebanhos diminuíram entre quatro a 18 mil cabeças produzidas.

A produção de bovinos ficou reduzida no município, pois as áreas de criação tornaram-se degradadas para o pasto, úteis, porém, ao plantio da cana-de-açúcar. Muitas áreas da pecuária foram arrendadas pela usina em 2009 e, também, substituídas pelo plantio de soja e milho (SEMADE, 2016).

A Usina Monte Verde Agroenergética

O Programa Indusporã viabilizou a instalação da Usina Monte Verde Agroenergética S/A (2009). Outras indústrias de menor porte foram instaladas no município com os incentivos do mesmo programa, a partir de 2008.

A instalação da usina modificou a estrutura produtiva. Nos anos anteriores produziam-se soja, milho, arroz e pecuária; agora, também, cana-de-açúcar a ocupar espaço no solo de Ponta Porã e região. A mudança na estrutura produtiva com a introdução da cana-de-açúcar produziu, também, mudança na estrutura fundiária pela concentração e pelo arrendamento de muitas propriedades rurais. A concentração consta nas entrevistas realizadas com a população e com os comerciantes. Ainda não se tem os dados exatos, porque o último Censo Agropecuário do IBGE ainda não foi divulgado no momento em que este trabalho foi fechado e, assim, não há como fazer comparações.

A usina iniciou as atividades com capacidade de moagem de quatro e meio milhões de toneladas. Constatou-se que o volume de moagens oscilou nos anos seguintes, de acordo com o mercado. Entretanto, permaneceu bem elevado. Operando em três turnos, o empreendimento, que, atualmente, pertence ao grupo Bunge, gerou, à época, 1.000 empregos diretos e 2.000 indiretos (ÚNICA, 2016). O aumento da área cultivada com cana-de-açúcar foi de 8.222 hectares (2009/2010) para 51.607 hectares (2016/2017), motivado pelo aumento da produção de etanol (ÚNICA, 2016).

Segundo a SEMADE (s/d), no ano de 2011, no município de Ponta Porã, foram cultivados 683.472 hectares de algodão herbário, amendoim, arroz, aveia, café, cana-de-açúcar, centeio, erva-mate, feijão, girassol, mandioca, melancia, milho, soja, tomate e trigo. Os dados preli-

minares de março de 2016 apontam um aumento de mais de 40% da área colhida do município, chegando a 964.283 hectares (amendoim, aveia, café, cana-de-açúcar, feijão, laranja, mandioca, milho, soja, tomate e trigo). As maiores áreas plantadas desde 2011 foram reservadas ao cultivo de cana-de-açúcar (34.802 ha), milho (142.000 ha) e, principalmente, soja (192.000 ha.). Os dados do IBGE (2015) apontam a cultura temporária da cana-de-açúcar em 2.534.144 toneladas/ano.

Em qualquer parte do país onde foram instaladas usinas sucroenergéticas, houve mudança na composição orgânica do capital. Foi o que constataram GUERINI e HOFF (2015), ao estudar as mudanças ocorridas com a instalação de usinas nos municípios de Valparaíso, Mirandópolis e Lavínia, SP. Com a modernização da produção, o contingente de cortadores de cana ficou reduzido a poucos trabalhadores especializados. Além disso, foram introduzidas profissões novas no campo como tratadorista, motorista de transporte e de máquina colhedeira. Os proprietários de terras que não venderam ou arrendaram o solo, atuaram como fornecedores de cana-de-açúcar à usina:

A baixa composição do capital (grande volume de trabalhadores) foi substituída por poucos trabalhadores especializados. Isso reduziu o capital investido em compra de força de trabalho e aumentou, consideravelmente, o capital constante (GUERINI e HOFF, 2015, p. 98).

Em Ponta Porã, a Usina Monte Verde Agroenergética levou ao município o desenvolvimento tecnológico. Para o abastecimento da matéria-prima, utilizou os recursos já testados em outras regiões. Basicamente arrendou as terras dos proprietários rurais e executou o plantio e colheita da cana; comprou a cana-de-açúcar de fornecedores, aumentou a área plantada em terras próprias. A empresa buscou a matéria-prima, optando pelo menor custo. Entretanto, o empreendimento provocou uma mudança significativa na produção canavieira: o proprietário dos canaviais au-

mentou o capital constante e reduziu a força de trabalho, ocorrendo o que assinalou Ianni: “Cresceu o capital investido em máquinas, equipamentos, fertilizantes e defensivos e reduziu-se relativamente o montante de capital aplicado na compra de força de trabalho” (IANNI, 1981, p. 42).

Ianni (1981, p. 42) explica que a modernização dos cultivos no campo sempre vai influenciar a cidade e vice-versa. O campo, por fornecer as matérias-primas necessárias à indústria e a cidade, através das multinacionais e dos bancos, acaba por reinventar o campo, ditando as regras da produção e do capital investido.

Desde 1964 passou a predominar um bloco propriamente industrial. Pouco a pouco, toda a economia e sociedade, assim como a tessitura do poder estatal, tudo passou a ser fortemente determinado pelo capital financeiro, que combina indústria e banco, em escala nacional e internacional. Nesta época, a agricultura se industrializa; o campo se urbaniza, vira cidade” (IANNI, 1981, p. 254).

As análises do sociólogo Octávio Ianni orientam-se pelos dados do país, pelos eventos nacionais que ocorreram também na singularidade de Ponta Porã.

Expandiram-se bastante as relações capitalistas de produção em Ponta Porã. A iniciativa do Programa Indusporã, enquanto atuação estatal, e o financiamento de bancos atraíram novas indústrias, pequenas e médias, tal como especifica Ianni (1981): “A par das novas articulações do capital industrial com a agricultura, acresce a atuação do poder estatal, construindo estradas, estabelecendo incentivos creditícios e fiscais, de modo a atrair iniciativas empresariais de grande vulto” (IANNI, 1981, p. 164).

A presença da usina realizou concentração de propriedades rurais no município. Pelo site da empresa sabe-se que a usina incentiva os fornecedores ao plantio de cana-de-açúcar, disponibilizando a colhedeira

e, também, o transporte da lavoura até a unidade de processamento. A precificação é prevista no site, mas, os contratos não são divulgados. A usina também arrendou terras para o plantio e adquiriu terras próprias, modificando a estrutura fundiária.

Com a presença do usineiro ocorreu concentração de terras, mas a grande concentração já havia sido feita no município nas décadas de 1970 e 1990, com a introdução da lavoura mecanizada da soja e milho. Neste período, houve uma queda populacional de 65% na região rural (IBGE, 2015).

O Agronegócio

Pecuária, abate de bovinos e de aves, usina, cooperativas, cana-de-açúcar, milho, soja, arroz, tudo é agronegócio. Para a obtenção de lucro o agronegócio necessita acumular e produzir o capital em escala ampliada. Pela lógica do sistema capitalista de produção é necessário que se complete o ciclo do capital, reproduzido sempre em uma escala ampliada, sendo sua parte maior de gastos corporificada em capital constante. Este é o procedimento imposto pela lógica do capital ao empreendedor.

A necessidade de “reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de cada unidade produzida”, já não se dá com o aumento da jornada de trabalho (AUED, 1981, p. 22), pois, a capacidade física do trabalhador limita sua ação e necessita ser recuperada com descanso diário. Por isso, impôs-se ao capitalista uma segunda exigência para que conseguisse transmutar o capital-mercadoria em dinheiro: a introdução no processo produtivo de novos meios de produção: equipamentos, máquinas e tecnologias aperfeiçoadas. Isso resultou em “diminuição da força de trabalho, ou de capital variável, e de aumento de capital constante” (AUED, 1981, p. 22).

Entrementes, o agronegócio modificou a estrutura fundiária, introduzindo no campo as tecnologias, a intensificação da divisão do tra-

balho e, essencialmente, a mudança na composição orgânica do trabalho. Nesse movimento, entra a indústria. Ela recria o campo: “Aos poucos, a indústria instalada no país, em associação com as multinacionais, cria e recria o mundo agrário” (IANNI, 1981, p. 253). A criação e a recriação acontecem com a população rural que vendeu as terras ou as perdeu para o banco ou ainda, as arrendou. Foi morar nas periferias urbanas. Com o aumento da área plantada de forma mecanizada, - que se denomina criar e recriar o mundo agrário - muitos trabalhadores tradicionais do campo foram residir e procurar emprego na cidade. Em Ponta Porã o êxodo rural e o aumento da população urbana tornaram-se visíveis.

Produzir e acumular capital em escala ampliada exigiu das indústrias o investimento em capital constante. Este é o procedimento imposto pela lógica do capital ao empreendedor: a necessidade de transmutar o capital-mercadoria em dinheiro obrigou-o a introduzir no processo produtivo novos meios de produção.

A acumulação do capital no campo e nas indústrias do município de Ponta Porã exigiu, prioritariamente, a participação do capital dos bancos. A presença dos bancos nos empreendimentos pode ser quantificada em pesquisas realizadas pelos economistas.

Abre-se um pequeno espaço para esclarecer a formação do capital financeiro, visto que a formação de oligopólios, presentes na região de Ponta Porã, é percebida universalmente em todos os setores da economia, nos bancos, nas empresas aéreas, na produção do fumo, da cerveja, no petróleo, nas indústrias e no comércio.

As Atividades Produtivas em Ponta Porã

A produção de mercadorias – entre elas as comercializadas em Ponta Porã – foi realizada não mais na livre concorrência, mas em empreendimentos oligopolistas. Em âmbito mundial, os grupos econômi-

cos monopolizados fizeram acordos entre si sobre as condições de venda e as trocas e repartiram os mercados. A nova ordem econômica possibilitou concentrar no capital financeiro e superar a livre concorrência que limitava o lucro do capitalista individual:

Os capitais, industrial, bancário e comercial, largamente protegidos e impulsionados pelo poder estatal, desenvolvem e constituem a força e os movimentos do capital financeiro. Todos os principais desenvolvimentos do capital, no subsistema econômico brasileiro, passam a ser cada vez mais determinados pelo capital financeiro (IANNI, 1981, p. 45).

O saldo de contratações na indústria demonstra o crescimento ou a diminuição das indústrias. De janeiro a outubro de 2018, conforme o CNAE, o setor da indústria do estado de Mato Grosso do Sul aumentou a quantidade de empregados com saldo positivo de 3.002 trabalhadores. Ponta Porã registrou 196 novas contratações na indústria no ano de 2018 (RAIS e CAGED).

Novos empregos foram criados em Mato Grosso do Sul no período de janeiro de 2018 a abril de 2018, num total de 5.811 vagas. Deste total, o setor terciário contribuiu com 2.708 novas vagas. Especificamente, Ponta Porã, no mesmo período, criou 222 novas vagas.

Concentrando o capital e a produção, formaram-se, historicamente, as forças produtivas, altamente especializadas, com os melhores engenheiros para desenvolver as vias e os meios de comunicação, as estradas de ferro e as sociedades de navegação. O capital financeiro apropriou-se das forças produtivas e arrastou os capitalistas, independentemente de sua vontade, para uma nova ordem social. Com ele, na produção e na circulação, proveio a intensificação da divisão do trabalho e do financiamento das mercadorias, as tecnologias de informação e de comunicação e as inovações organizacionais.

Empregos Admitidos e Desligados em Ponta Porã

Segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego, Ponta Porã possuía até 31 de dezembro de 2015, 12.370 empregos formais distribuídos entre os setores primário, secundário e terciário da economia. Em relação à oferta total de empregos não ocorreu um aumento significativo nos últimos anos, mas, registrou-se um percentual expressivo nas microempresas e nas pequenas empresas que, no período de 2012 a 2015, cresceram 400% e 66,0%, respectivamente. (CAGED/RAIS, 2012 e 2015), com oscilações anuais.

O índice dos empregos gerais, no ano de 2015, foi negativo (- 22) em Ponta Porã, segundo o CAGED (2015). A despeito da oscilação na relação empregos admitidos/desligados nos diferentes meses, o primeiro trimestre de 2016 acusou uma elevação do saldo num total de 132 novos postos. A relação admitidos/desligados em 2017 e 2018 não foi modificada de forma significativa em Ponta Porã.

A tabela 1 registra o número de trabalhadores admitidos e desligados em Mato Grosso do Sul e em Ponta Porã, revelando que a crise econômica não permitiu uma elevação razoável.

Tabela 1: Relação Empregados/Desligados em MS e em Ponta Porã – outubro de 2017 a outubro de 2018.

Período	MS			Ponta Porã		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Julho/2017	18.115	17.317	798	361	241	120
Outubro/2017	17.484	16.762	722	370	187	183
Outubro/2018	19.080	17.958	1.022	333	322	11

Fonte: CAGED, 2018

De novembro de 2017 a novembro de 2018, o saldo positivo foi de 478 novos postos em Ponta Porã. De dezembro de 2017 a dezembro de 2018, 489 novos empregos. De janeiro de 2018 a janeiro de 2019 foram criadas 580 novas vagas em Ponta Porã (CAGED, 2018).

Comparando os números de empregos novos registrados em Ponta Porã com os do Estado, conclui-se que a cidade ofereceu um índice maior de empregos do que os oferecidos por Mato Grosso do Sul – na proporção do número da população: 91.000 habitantes estimados em Ponta Porã e 2.748.000 habitantes estimados no Estado (IBGE, 2018). Nos 12 meses, captados em novembro/2017 a novembro/2018, o Estado ofereceu 486 novas vagas; de 4.912, entre dezembro/2017 a dezembro/2018; de 456 vagas, entre janeiro/2018 a janeiro/2019 (IBGE, 2018).

Há necessidade de se verificar o número de empregados na sua relação com a população ativa do município, a fim de se obter um quadro mais visível da situação.

A Relação do Número de Empregados com o Número de Trabalhadores Ativos

Apresentamos a seguir, a evolução dos empregos em Ponta Porã com a evolução populacional do município.

De 2010 a 2017, o aumento da população alcançou o índice presumido de 12,53%, passando de 77.872 habitantes para uma população estimada em 91.082 pessoas. Entretanto, em 2016, somente 14,4% da população ativa estava empregada. Esta proporção de pessoas ocupadas em relação à população total foi considerada baixa, bem abaixo de Dourados (32,6%), de Campo Grande (30,3%) e de Coxim (46,6%).

Primeiramente, deve-se explicar o baixo índice da população ativa nos empregos de Ponta Porã pela presença de paraguaios nos empregos

de Ponta Porã e de brasileiros trabalhando na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero. Não foi possível detectar o volume de trabalhadores que se dirigem de um ou de outro lado da fronteira aos trabalhos em ambas as cidades, devido aos poucos registros disponíveis. No entanto, sabe-se que se trata de um número bem elevado. O Shopping China sozinho mantém cerca de 600 brasileiros empregados nas atividades do estabelecimento. Esta é uma primeira explicação.

Uma segunda explicação refere-se ao conceito tradicional de distribuição – distribuição de mercadorias – que recebe nova definição. Um entendimento mais amplo do que seja o conceito explica, também, a baixa relação habitantes/emprego em Ponta Porã. O entendimento define-se como distribuição de instrumentos de produção, juntamente com a distribuição dos membros da sociedade pelas tarefas da produção. Entende-se que, no período, ocorreu uma nova distribuição ampla, ocorrida nas forças produtivas.

Assim, onde se produzia soja em grande propriedade fundiária, denominada Fazenda Itamarati, a distribuição de pessoal especializado e de instrumentos de produção foi organizada de acordo com as leis gerais da sociedade produtora de soja. A compra da fazenda pelo Estado e a repartição das terras para assentamentos de pequenos agricultores produziram uma nova distribuição: repartiu-se a terra conforme os novos interessados; deu-se uma forma desejada à agricultura familiar; o trabalho individual e familiar foi adequado à forma de produzir; determinou-se a produção e, também, instalaram-se cooperativas e outras atividades econômicas para proceder à produção e à negociação dos produtos.

Em suma, fez-se uma distribuição dos instrumentos de produção e dos membros da sociedade com a finalidade de utilizar a terra de forma diferenciada da anterior. A distribuição ampla, operada pela intervenção governamental na área, explica o significado da elevação da população rural em termos de uma mudança estrutural do local. Resultou em

13.300 pessoas introduzidas no Itamarati I e II e em 2 mil trabalhadores nos assentamentos Dorcelina Folador, Nova Era e Boa Vista, num total de 15.730 moradores ou aproximadamente 18,14% da população total de Ponta Porã, estimada, em 2016, em 86.717 habitantes (IBGE, 2015).

A distribuição de pessoal ocupado e de instrumento de trabalho fornece o conteúdo principal na substituição do arranjo fundiário e produtivo, realizado no assentamento.

A presença de assentados e de pequenos proprietários de terra elevou em número a população total do município. No entanto, a grande maioria deles não são empregados; são proprietários de terras. Essa nova distribuição determinou uma redução significativa no índice de pessoas ocupadas em empregos em relação à população total. A distribuição de pessoal e de instrumentos de produção da Fazenda Itamarati foi substituída por outra distribuição de pessoal e de instrumentos de produção quando houve a inserção de assentados, geralmente, não empregados, porque são trabalhadores imediatos ou familiares.

Os dados relacionam-se à teoria de análise sobre o conceito de distribuição das mercadorias, principalmente da distribuição da categoria força de trabalho. A distribuição de trabalhadores com seus instrumentos de trabalho em produção familiar, onde anteriormente funcionava uma grande área de plantio de soja, acarretou uma mudança na estrutura fundiária e produtiva. Como tal, não somente alterou a relação empregados ocupados/população ativa, mas transformou também os 15.730 novos habitantes e seus instrumentos de trabalho em aumento de consumidores de mercadorias.

As empresas produtivas colaboraram no incremento do Produto Interno Bruto - o PIB do município teve aumento de 70% do ano de 1999 para 2013. Assim, em 2015, o crescimento dos três setores da economia refletiu-se no quantitativo de empresas inscritas no Cadastro Central de Em-

presas. Segundo o IBGE (2015), o aumento de empresas cadastradas foi de 27% no período de 2006 a 2012, com uma queda de 7% de 2012 para 2015.

Os últimos anos não modificaram muito a relação admissão/demissão nos empregos. A evolução do emprego total do município, entre 2017 e 2018, apresentou-se da seguinte forma:

a. de novembro/2017 a novembro/2018, o município admitiu 3.930 trabalhadores e desligou 3.321, com saldo positivo de 609 novas vagas;

b. de dezembro/2017 a dezembro/2018, admitiu 4.154 trabalhadores e desligou 3.665, com saldo positivo de 489.

c. em fevereiro de 2019, o município admitiu 405 trabalhadores e demitiu 339, com saldo positivo de 66 vagas.

A apresentação sucinta dos postos de empregos, desligados e admitidos, em sua totalidade, demonstra débil desempenho no aumento de trabalhadores empregados em Ponta Porã.

CAPÍTULO IV

A EXPANSÃO DOS SERVIÇOS EM PONTA PORÃ – 2015 A 2019

O objetivo deste capítulo é investigar as atividades do setor terciário em Ponta Porã, MS, analisando o trabalho em serviços e examinando a atuação do comércio no seu posicionamento no interior dos diversos momentos da reprodução do capital e na sua participação na geração do valor da mercadoria. A análise mantém o princípio teórico comprovado de que o setor terciário, em sua singularidade municipal, manifesta as leis gerais que regem a produção não material da sociedade.

O Setor Terciário de Ponta Porã

O estudo sobre o setor terciário em Ponta Porã, MS, não diversifica apenas os tipos de trabalho, lista a tarefa de cada profissão ou classifica as atividades dos serviços e do comércio. Investiga, também, o trabalho despendido nos desempenhos profissionais nessas tarefas não materiais. Offe (1985) chamou a atenção para a diferença entre a produção material e as atividades de serviço: “O trabalho em serviços gera produtos não materiais, que não podem ser armazenados ou transportados. O trabalho em serviços não é, ou é menos suscetível à racionalização técnica e organizacional se comparado com o trabalho que produz bens” (OFFE, 1985, p. 135).

O autor polemiza, afirmando que o trabalho não é mais a categoria central, em desacordo com as teorias da economia clássica. Considera, porém, que a revolução industrial expandiu “um grupo de atividades a que atualmente denominamos serviços” (OFFE, 1985, p. 142). Para ele, a produtividade do trabalho em serviços não pode ser medida e, por isso, seus padrões de produtividade não podem ser controlados. Esse serviço não é produtivo (OFFE, 1985, p. 135), no sentido da economia política

clássica. Dessa forma, o autor diferencia o trabalho em serviços daquele despendido na indústria: “O trabalho em serviços diferencia-se do trabalho produtivo pela falta de um critério de eficiência econômica claro e indiscutível” (OFFE, 1985, p. 179).

A racionalidade das atividades de serviços é a mediação, a conciliação, o trabalho regulador, funções “que requerem espaço de manobra justamente com o objetivo de responder como serviços a situações específicas” (OFFE, 1985, p. 138).

A força de trabalho empregada nos serviços depende do salário, da mesma forma que na produção industrial de mercadorias, e é empregada nas empresas, no transporte, comércio, turismo, saúde, educação, finanças. Essas atividades “são esmagadoramente dependentes do salário, exatamente da mesma forma que na produção industrial de mercadorias”, afirma Offe (1985, p. 139).

A participação do setor de serviços no emprego total cresce continuamente em todos os países e abrange um conjunto de atividades, nem sempre homogêneas: serviços diversos no interior das empresas. O setor terciário ou setor de serviços é absolutamente necessário. Não há possibilidade de se pensar uma economia sem esse setor.

O IBGE e, também, o SEBRAE utilizam critérios de classificação de empresas, estabelecendo-os a partir do número de empregados nas instituições, a saber: microempresa, até 09 empregados; pequena empresa, de 10 a 49 empregados; média empresa, de 50 a 99 empregados; e grande empresa, com mais de 100 empregados. Ambos concordam que o setor terciário gera cerca de 73% dos empregos formais na economia brasileira.

Em 2014, o SEBRAE realizou uma pesquisa no Brasil e, de acordo com os resultados, “as microempresas e as pequenas empresas já são as principais geradoras de riqueza no comércio do país (53,4% do PIB do setor terciário). E no setor de serviços, mais de um terço da produção

nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios” (SEBRAE, 2014, p. 6). Para chegar a esta conclusão a pesquisa realizada pelo SEBRAE avaliou as atividades de comércio, serviços, indústria extrativa mineral, indústria de transformação e indústria da construção, tomando por base as pesquisas setoriais do IBGE. As microempresas e as de pequeno porte vêm adquirindo, ao longo dos últimos 30 anos, uma importância crescente no país pelo relevante papel socioeconômico desempenhado.

O setor terciário de Ponta Porã, nas últimas três décadas, teve um incremento no número de empreendimentos, em razão da instalação da Usina Monte Verde (2009), uma empresa de produção da cana-de-açúcar; de cooperativas modernas (a partir da década de 1970); do Frigoforte (1995); e de outros estabelecimentos dedicados à produção. De forma direta, o crescimento dos serviços deu-se com a oferta de empregos nas grandes casas comerciais instaladas em Ponta Porã e consolidou-se com a microempresa e a pequena empresa.

Trindade (1998) agrupa o setor de serviços “de modo a refletir o tipo de consumo do bem ou serviço que cada grupo produz”. Cita os grupos de serviços, sendo o primeiro tipo composto pelos serviços de distribuição e indica alguns itens a eles pertencentes: “transporte e armazenamento, comunicações, comércio atacadista e comércio varejista” (TRINDADE, 1998, p. 63). O segundo tipo, conforme o autor, são os serviços de produção: “serviços bancários, de crédito e outros serviços financeiros, seguros, agências imobiliárias, serviços de engenharia e arquitetura, serviços jurídicos” (TRINDADE, 1998, p. 63).

O tipo “serviços sociais”, ainda na sua visão, organizam-se em “serviços médicos e de saúde, hospitais, ensino, assistência social e religiosa, organização sem fins lucrativos, correios, administração pública e serviços profissionais e sociais de diversos tipos” (TRINDADE, 1998, p. 63). Por fim, os serviços gerais, orientados para consumidores individualmente: “serviço doméstico, hotéis, bares, restaurantes, serviços de

consertos, lavanderias, tinturarias, salões de beleza, espetáculos e lazer” (TRINDADE, 1998, p. 63).

Somam-se os diversos serviços listados por Trindade (1998), em seu conjunto, e se obtém um quadro geral sobre o incremento do setor.

As Microempresas e as Pequenas Empresas nas Atividades de Prestação de Serviços.

No estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2002 a 2012, “o setor terciário acumulou um crescimento de 56,36%, resultando uma taxa média anual de 4,58% na avaliação do desempenho real do PIB” (SEMADE, 2015, p. 88). O levantamento realizado pela SEMADE apontou que “o conjunto das atividades de comércio e serviços responde por 62,87% da geração de riqueza no Estado, conforme dados do PIB/MS de 2012, tendo contribuído com 78,37% do montante do ICMS em 2012” (SEMADE, 2015, p. 88).

As microempresas e as pequenas empresas foram “responsáveis por 44,1% do emprego formal, em 2017”. São responsáveis por 72% (abril 2018) dos empregos no Brasil. Em Ponta Porã, as micro e pequenas empresas foram responsáveis por 78,4% do emprego formal em 2017 (SEBRAE, 2014).

No setor terciário, as pequenas e microempresas tornaram-se importantes para a economia do município de Ponta Porã. O IBGE (2018) estabeleceu que o setor gera cerca de 73% dos empregos formais na economia brasileira.

O setor terciário somou em Ponta Porã 434 microempresas e pequenas empresas, distribuídas por ramos de atividades, em 2017, conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 2 - Setor Terciário: Unidades de Microempresas e de Pequenas Empresas de Ponta Porã – 2017

Categorias	Quantidade
Alojamento e Alimentação	85
Transporte, Armazenagem e Comunicação	91
Educação	23
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços prestado a Empresas	95
Saúde e Serviços Sociais	58
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	65
Financeiras, Seguros e Previdência Complementar	17
Total	434

Fonte: CAGED/RAIS/ CNAE, 2016.

Destaca-se que do total de 434 unidades, pertencentes ao setor terciário, 280 são microempresas (64,51%) e 70 são pequenas empresas (16,1%).

Ao número das empresas que prestam serviços, verificados em 2017, acrescentamos, também, o aumento das empresas no decênio 2006 a 2015, especificamente, as microempresas, prestadoras de serviço que apresentam o percentual por item na Tabela 2.

Tabela 3 - Microempresa e Percentual das Firms Prestadoras de Serviço – 2016

Produtos	%
Madeira e produtos derivados	18,0
Produtos Alimentícios em geral	13,1
Bebidas	9,1
Animais Vivos, alimentos para animais e matérias primas agrícolas, exceto café e soja	8,9
Cereais e Leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas	7,5

Fonte: CAGED/RAIS, 2017.

Excetuando-se o item “madeira e produtos derivados”, as demais unidades das microempresas prestadoras de serviços têm a ver diretamente com o aumento da população urbana correspondente aos empregos privados e públicos, com o movimento do turismo e com a presença de estudantes nas faculdades de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero. Comparando os dados da Tabela 1 com os itens do setor de serviços prestados pela pequena empresa, tem-se praticamente dados idênticos: alimentos para animais e matérias-primas agrícolas (16%), produtos alimentícios em geral (8%). O item “madeira e derivados” diminuiu de 18,0% da Tabela 2 para 7,0% na Tabela 1.

Entretanto, ambas tiveram saldos negativos em Mato Grosso do Sul, com mais demissões do que contratações, conforme os dados estatísticos, no ano de 2018. Sobre o assunto, um comerciante, visitado em fevereiro de 2019, respondeu simplesmente: “É a crise do Brasil. Até os grandes entraram em crise”. A Agência Brasil, em abril de 2018, informou: “O estado de São Paulo foi responsável por 11.9 mil novos postos, seguido de Minas Gerais, com 10,3 mil, Rio Grande do Sul, com 7,5 mil, Rio de Janeiro, com 3,7 mil e Bahia, com 3,6 mil”. Mato Grosso do Sul terminou 2018 com saldo negativo de - 3.104 vagas, segundo o IBGE (2018).

No setor de serviços, em Ponta Porã, a maioria dos estabelecimentos está enquadrada no critério de classificação de microempresa e pequena empresa, distribuídos nos itens da Tabela 3.

Tabela 4 – O Número de Microempresas e Pequenas Empresas de Ponta Porã – 2006, 2010, 2015,

Serviços/Ano	2006	2010	2015	2006	2010	2015
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	0	1	1		0	0
Indústrias de Transformação	1	1	2			
Alojamento e Alimentação	22	36	66	7	14	19
Transporte, Armazenagem e Comunicações	34	44	75	6	8	16
Inter. Financeira, Seguros, Prev. Complementar e Serviços relacionados	6	8	11	8	7	6
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados as Empresas	37	51	83	4	6	12
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	0	1	0	1	0	1
Educação	11	11	13	7	9	10
Saúde e Serviços Sociais	34	51	55	4	3	3
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	34	43	61	2	2	4
Serviços Domésticos	2	2	1		0	

Fonte: CAGED/RAIS/ CNAE, 2016.

Os dados da Tabela 3 registram os aumentos progressivos, ocorridos de 2006 a 2015 na microempresa, principalmente nas unidades de ramo de alojamentos e de alimentação: 66 unidades; transporte, armazenagem e comunicações: 75 unidades; atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas: 83 unidades; saúde e serviços gerais: 55; e outros serviços: 61 unidades. Registre-se um aumento considerável em 2015.

O item “Educação” cresceu de 11 para 13 unidades e de 7 a 10 unidades. Na mesma tabela, observa-se que, os itens “agricultura, pecuária”,

“indústrias” e “administração pública apresentam poucas unidades na micro e pequena empresa, porque grande parte delas pertence à média e grande empresa, com mais de 50 empregados.

Na pequena empresa os dados revelam o aumento ocorrido nos anos anteriores a 2015 da seguinte forma: o ramo de alojamento e alimentação: 19 unidades; transporte, armazenagem e comunicações: 16; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas: 12; e educação: 10 unidades.

Os aumentos no quesito “alojamento e alimentação”, na micro-empresa e na pequena empresa, são decorrentes, principalmente, do aumento da população de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero; da atividade turística na região de fronteira; da existência de universidades, nas duas cidades; da atividade turística na região de fronteira. Os quesitos “atividades imobiliárias, aluguéis”, “educação” também demonstram idêntica movimentação da atividade turística e da educação.

Em 2018, a oferta de empregos nas micro e pequenas empresas apresentou saldos negativos no Estado, com mais demissões do que contratações.

Diante da oscilação dos postos de trabalho e da crise conjuntural, o depoimento de um comerciante de Ponta Porã, visitado em fevereiro de 2019, respondeu com uma frase comum a muitos empreendedores “Tivemos que demitir funcionários”.

Os depoimentos coletados demonstraram que o aumento no número de estabelecimentos até 2017 não correspondeu ao aumento de empregos na micro e pequena empresa de Ponta Porã, em 2018. Aumentaram-se postos de trabalho e diminuíram-se vagas de empregos. A frase só é entendida, quando se verifica que antigas empresas cortaram funcionários e as novas empresas não supriram as vagas anteriormente ocupadas.

O Dispêndio do Trabalho no Setor de Serviços

O capítulo apresentou os diversos itens do setor de serviços, concentrando a análise, principalmente, na compactação do trabalho despendido nesse setor e no resultado das atividades.

Como no mundo inteiro, também, em Ponta Porã há continuamente um crescimento deste setor. Com as crises econômicas, o total de empregados/desempregados oscila muito em números e em índices, mas não chega a comprometer o desenvolvimento da economia que necessita do setor de serviços.

As funções sociais, que são desenvolvidas pelas atividades dos serviços, modificaram-se nos últimos cinquenta anos. Em épocas anteriores, os trabalhadores do setor de serviços eram denominados de classe média, *white-collar worker*, trabalhador de colarinho branco. A designação implicava em “não serem classificáveis como pertencentes à classe dirigente nem ao operariado, ou classificados como nova classe média” (OFFE, 1985, p. 135-6). As funções sociais desenvolvidas necessitavam mais de esforços mentais do que de esforços físicos, resultando de trabalhos que exigiam a subjetividade. Atualmente, não têm mais o caráter de subjetividade do trabalho; o trabalho é objetivado, coordenado e padronizado.

As reflexões sobre o terceiro setor não cristalizam os tipos das atividades, mas revelam as funções sociais novas do trabalho despendido neste setor. Estas mudaram com a multiplicação de trabalhos.

O funcionário do setor terciário luta para manter seu espaço de manobra, a fim de responder positivamente a situações específicas de seu trabalho. Em grande parte dos empregos do setor de serviços, o salário está muito mais reduzido do que anteriormente. O que, atualmente, o mercado espera do setor de serviços – não importa se o trabalhador for médico ou vendedor – é que ele seja um pro-

fissional bem-sucedido, independente se recebe tal ou qual remuneração ou se pertence ou não à classe média (OFFE, 1985, p. 137).

Ponta Porã· o Turismo de Compras e o Turismo de Negócios

O elemento a ser verificado na prestação de serviços é o turismo. O primeiro é o turismo de compras de produtos globais, regionais e locais, e o segundo é o turismo de negócios. Ambos amoldaram o consumo da força de trabalho e os serviços oferecidos na cidade de Ponta Porã. Pedro Juan Caballero, município vizinho de fronteira aberta, exerce um fator preponderante nas ofertas de serviços de turismo em Ponta Porã, principalmente por meio de universidades de Medicina.

Segundo o SEBRAE (2014, p. 1), o turismo de negócios é “o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social”; e o turismo de compras é “o deslocamento dentro dos padrões turísticos com a motivação ligada às compras; obviamente tendo em conta o bom preço ou a diversidade de produtos ainda não encontrada na cidade de origem do turista”. Ambos apresentam bons resultados econômicos ao município.

O resultado da produção moderna mundial encharcou fortemente as lojas de Ponta Porã de mercadorias providas de outros países, produtos embalados, com marca e descrição dos conteúdos. A adequação do comerciante à modernização da produção no campo e na cidade foi considerada como catalizador do consumo de produtos importados e propiciou o turismo de compras de produtos globais, regionais e locais. Também potencializou o turismo de negócios que amoldaram o consumo da força de trabalho e os serviços oferecidos pelos estabelecimentos comerciais e pelos setores públicos nas duas cidades fronteiriças. Ambos cresceram com a instalação do Shopping Center em Pedro Juan Caballero.

Diariamente, a cidade de Pedro Juan Caballero recebe um fluxo significativo de visitantes que são atraídos para adquirir produtos estrangeiros para consumo próprio, principalmente, motivados pelas variações cambiais. Nos finais de semana e feriados o volume de visitantes aumenta consideravelmente. Assim, as duas cidades, de fronteira seca, se preparam para receber os turistas que, além das compras, utilizam outros espaços comuns a ambas. O turismo de negócios e o turismo de compras são decisivos para a expansão de estabelecimentos comerciais. Os turistas, além de utilizar os espaços das compras, utilizam hotéis, lanchonetes, restaurantes, farmácias, supermercados e outros serviços.

Por serem cidades gêmeas, separadas apenas por uma avenida, que percorre 13.800 metros de extensão e demarca o limite internacional, possui um espaço de grande circulação de pessoas, de força de trabalho, de comércio legal e ilegal (OLIVEIRA, 2010). É neste espaço que o turismo se desenvolve e é impulsionado, principalmente, pelo mercado de produtos importados.

Turistas brasileiros, argentinos e paraguaios hospedam-se em hotéis de ambas as cidades à procura de produtos importados e de passeios aos monumentos da Guerra de Tríplice Aliança e o Monumento al Mariscal Solano Lopez no Parque Nacional Cerro Corá.

O levantamento dos estabelecimentos comerciais aquilata a dimensão e o volume do turismo de compras e do turismo de negócios.

Em Ponta Porã, para esta pesquisa, foram realizadas quatro visitas em estabelecimentos em cada ramo de negócios, selecionando-se empresas daqueles ramos de negócios que constam no banco de dados do RAIS/CAGED, especificamente os existentes em maior número ou os de maior oferta de empregos. Foram colhidos depoimentos nos serviços de donos de hotéis e restaurantes.

No ramo hoteleiro os depoimentos colhidos nos quatro estabelecimentos visitados deixaram claro que o turismo de negócios é o mais frequente nos hotéis, mais presente do que o de compras. A informação partiu tanto dos proprietários dos estabelecimentos hoteleiros localizados na linha de fronteira, quanto os localizados em área não fronteiriça de Ponta Porã. O turismo de compras é mais expressivo nos meses de dezembro a fevereiro. Os clientes, em média, permanecem em hotéis por dois ou três dias. Os estudantes, em elevado número, permanecem nos hotéis durante as semanas de encontros presenciais e no período em que não encontram residência para alugar. Essas informações foram praticamente repetidas em 2019, salvo considerações feitas sobre as oscilações, consideradas passageiras, nos negócios e na cotação do dólar.

Os donos dos hotéis foram unânimes em afirmar que a diferença do comércio hoteleiro comparado ao das lojas apresenta-se favorável a eles, porque encontram “flexibilidade na decisão de fixar a diária cobrada”, enquanto o comerciante varejista recebe o produto com preço fixado na compra, deixando “menor margem para os preços da venda”. Entretanto, afirmam que não existe grande vantagem, porque “todo estabelecimento deve pagar as taxas, atuar na concorrência e pagar os salários”. Todos enfatizaram os altos custos com salários e recolhimento das taxas e impostos do governo.

Ao descrever a atividade de trabalho interno em hotéis, os depoimentos acentuaram que funcionários devem mostrar eficiência no trabalho pesado, especialmente, na cozinha e na limpeza. Exige-se deles pontualidade e “eles não podem ficar parados”, o que significa racionalidade nos serviços. Os funcionários do atendimento aos clientes, por sua vez, recebem treinamentos que podemos resumir em saber atender, conciliar e mediar as situações que ocorrem no dia a dia. É o que Offe (1985) denomina “espaço de manobra”, e “mediação a determinar as funções da força de trabalho nos serviços” (OFFE, 1985, p. 138).

Uma atividade do setor de serviços, revelado como importante nos depoimentos, que tem movimentado a economia da região, são as faculdades/universidades em ambas as cidades. Estudantes de diversos estados do Brasil procuram Ponta Porã, através do Sistema de Seleção Unificada - SISU, para estudar nas universidades públicas (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e Instituto Federal do Mato Grosso do Sul) e em faculdades particulares. Mas, a procura se intensifica nos cursos de Medicina oferecidos em Pedro Juan Caballero, em sete universidades. Elas oferecem o ensino a custos atrativos, bem menores que os das faculdades/universidades privadas do Brasil.

Os últimos depoimentos coletados em 2019, referiram-se, também, aos cursos de Mestrado e Doutorado, oferecidos em Pedro Juan Caballero, perfazendo um grande volume de estudantes em épocas de férias. Os estudantes acomodam-se em hotéis e similares no período de aulas, residem tanto no Brasil como no Paraguai e aquecem o mercado nos quesitos de moradia, saúde, alimentação, vestuário e entretenimento.

Segundo os dirigentes das universidades de Pedro Juan Caballero, o número de alunos que frequentaram os cursos de Medicina, em 2015, foi de oito mil estudantes. Estimam que atualmente, doze mil estudantes fazem a referida faculdade na cidade paraguaia.

Para Ianni (1996, p 143), “as expressões culturais são determinadas pelas relações sociais. Constroem modos novos de buscar a formação cultural e intelectual numa sociedade extremamente competitiva”. Na fronteira é esse movimento e entrelaçamento de povos, de costumes, de vidas, de cotidiano, a determinar as práticas culturais que misturam “a vida da sociedade, dos grupos raciais, regionais, religiosos e outros” (IANNI, 1996, p. 143).

CAPÍTULO V

O COMÉRCIO EM PONTA PORÃ- 2015 A 2019

Este capítulo investiga a situação das atividades do comércio em Ponta Porã, MS, analisando o trabalho despendido no interior das lojas e examinando a atuação do lojista nos eixos de seu posicionamento nos diversos momentos da reprodução do capital e da geração do valor da mercadoria.

Condições materiais bem objetivas favorecem o comércio de Ponta Porã, como território, estradas, ferroviária, turismo e outros aspectos. A análise do comércio é feita especificamente sob o aspecto da pequena empresa e da microempresa. No comércio atacadista, a microempresa teve um aumento de 100% de 2006 para 2015. A pequena empresa do comércio atacadista manteve um crescimento linear de mais de 200%, entre 2006 e 2015. O mesmo crescimento não ocorreu com a média empresa do setor atacadista que, entretanto, manteve-se estável (RAIS/CAGED, 2016). Se o comércio atacadista cresceu, conclui-se, também, que o comércio varejista foi ampliado.

O Comércio Varejista

Ao adentrar os supermercados do lado brasileiro e do lado paraguaio, ouve-se a clientela comunicar-se em português, espanhol e em guarani. Os estabelecimentos de Ponta Porã recebem clientes de ambas os municípios. São estabelecimentos modernos que vendem à vista ou a prazo, utilizando o cartão de crédito. Os supermercados de Pedro Juan Caballero, por sua vez, vendem somente à vista, em dinheiro (dólar, real ou guarani) e cartão de crédito.

Quanto aos estabelecimentos comerciais de Pedro Juan Caballero, só é possível fazer uma estimativa, pois a Municipalidad, onde as em-

presas registram a patente de acordo com o volume do capital investido, não oferece os dados. Conseguiu-se, porém, recolher informes diversos, escritos ou verbais, em diversos locais e chegar à conclusão de que existe um elevado número de empresas. Os informes referem-se a 930 empresas, distribuídas em 420 lojas que vendem utensílios domésticos, brinquedos, materiais para caça e pesca, eletrônicos, materiais para viagens, roupas, acessórios; 352 estabelecimentos que fornecem alimentos, bebidas, materiais de limpeza e de higiene; 5 lojas de pneus; 5 casas que comercializam tecidos; 8 postos de combustíveis; 15 hotéis; 20 restaurantes e lanchonetes; 3 casas de jogos; 3 agências de viagens; 7 agências bancárias; 100 de outros ramos de negócios.

No lado brasileiro, em dezembro de 2018, de acordo com um dos comerciantes, os mercadinhos de Ponta Porã comemoraram o resultado do levantamento feito por uma empresa especializada, a qual concluiu que, pela primeira vez em sete anos, “a cesta de produtos do levantamento está mais barata nos mercadinhos que em supermercados e hipermercados”. Se houve comemoração, é porque o evento é raro. Há um aspecto importante, revelado pela empresa. A intenção de contratar funcionários distribuí-se: 18% pretendem admitir, 10% demitir, 68% manter e 4% não sabem.

As duas lojas de artigos de vestuário, visitadas em Ponta Porã, são tradicionais, instalados há décadas na cidade e utilizam capital próprio para manter as atividades. Os donos alegam que os juros dos bancos são muito altos, o que inviabiliza os negócios. Possuem clientela fiel e oferecem bons produtos, assim, se mantêm e, em fevereiro de 2019, ainda permaneceram sem expansão.

A loja paraguaia visitada informou que utilizou financiamento bancário, em base de 20% do valor de seu estabelecimento, com a finalidade de expandir os negócios no quesito vestuário e em outros ramos. No depoimento, o comerciante dessa loja explicou que instalou seu comércio na cidade paraguaia, quando ali não havia luz, telefone, esgoto,

asfalto, água potável e nem mesmo bancos. Hoje, a cidade está estruturada e seu estabelecimento recebe clientes brasileiros e paraguaios. O turismo de compras, principalmente alimentado por brasileiros, impulsiona seu negócio. Sutilmente, informou que os turistas brasileiros não fazem suas compras apenas no Shopping China.

As duas lojas correspondem ao quesito de pequena empresa, avaliado pelo número de funcionários.

Segundo os dados coletados no CAGED/RAIS (2016), nas microempresas as atividades de comércio de Ponta Porã são as seguintes: artigos de vestuário e acessórios (16,2%); produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário (10,5%); ferragens, produtos alimentícios minimercados e armazéns (8,3%); produtos de padaria, laticínios, doces, balas e semelhantes (4,7%).

Em relação à pequena empresa, as atividades com maior representatividade até 2015, foram a venda de artigos do vestuário e acessórios (16,8%); combustível para veículos automotores (15,1%); calçados e artigos para viagem (9,3%); eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (8,9 %); produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes (7,6 %) (CAGED/RAIS, 2016).

Comparando os desempenhos da microempresa com a pequena empresa, percebeu-se que os percentuais disponíveis indicam a venda de mercadorias comuns, como vestuário e acessórios (16,2% e 16,8%). Tem a experiência de comércio pela qual revelam um aumento de itens comercializados em paralelo ao aumento da população e do turismo, este determinado pela oscilação do câmbio.

O Financiamento Bancário do Comerciante

Os comerciantes que abastecem o agronegócio com insumos e defensivos apresentaram especificidades diferenciadas no comportamento dos negócios, referente ao capital empregado.

Os depoimentos de quatro comerciantes afirmaram que utilizam financiamentos bancários para expandir os negócios e os estabelecimentos. De acordo com o depoimento de um deles, o comércio iniciou suas atividades em prédio alugado, vendendo fertilizantes, insumos agrícolas e sementes de soja e milho. Atribuiu ao incremento do agronegócio e à facilidade de financiamento bancário a expansão de sua empresa. O dono do estabelecimento confirmou que o mercado do agronegócio é promissor e datou seu início na década de 1980.

O tema capital financeiro entrou na conversa com vários donos de estabelecimentos e um deles revelou que a ampliação de seu negócio inicial para outros setores só foi possível com empréstimos do banco. Um segundo proprietário afirmou estar convencido de que o agronegócio e a presença de estudantes universitários nas duas cidades têm impulsionado as vendas, pois, ambos, além de suas despesas pessoais, são também responsáveis pelas novas construções de casas e de prédios de moradia. A família proprietária informou, ainda que utiliza o banco para as transações, mas não para financiamentos.

Os proprietários de dois estabelecimentos de um determinado ramo do comércio estão convencidos de que o auxílio de bancos possibilita a ampliação do negócio. O primeiro depoente comprova sua ideia com a instalação de novas lojas. O segundo comerciante ampliou o tamanho do estabelecimento.

As empresas, tanto em Ponta Porã como de Pedro Juan Caballero, que conseguiram ampliar seus estabelecimentos, graças aos empréstimos

bancários, advertiram que os empréstimos “devem ser bem controlados”. Elas ampliaram seus negócios e modernizaram, também, as forças produtivas especializadas e as técnicas de gestão.

Tem-se, assim, uma pequena amostra sobre a utilidade do financiamento bancário, com vista à ampliação ou ao incremento da casa comercial. Posto que as informações não são representativas para todos os comerciantes de Ponta Porã, tem-se um pequeno indício que revela a problemática dos financiamentos.

O Autosserviço ou o *Self-Service*

Na livre concorrência, o comerciante necessita acumular e reproduzir seu capital individual. Deverá, por isso, aumentar seus negócios e reduzir o valor de sua mercadoria, principalmente de sua mercadoria principal que é a força de trabalho. Por isso, um dos fatores de desenvolvimento das lojas refere-se às transações de trocas que se fazem “às custas da liberação de trabalho” (AUED, 1981, p. 6). Na necessidade de introduzir novas tecnologias obriga-se o proprietário a reduzir capital variável. Não havendo possibilidade de reduzir o número de empregados, reduz os custos dos salários. Uma das formas de reduzir os custos é introduzir o autosserviço.

Funcionários do setor de serviços de Ponta Porã concebem o self-service como um mecanismo negativo para a categoria, reconhecendo-lhe, porém, a eficiência para obtenção do lucro. Comerciantes, por seu turno, afirmaram que o autosserviço cabe bem ao comércio de supermercado, mas para as lojas de comércio tem menor interesse, visto que funcionários devem atender pessoalmente os clientes nas atividades de venda de sapatos, camisas, vestidos e outros artigos.

Offe (1985) entende que, “nas sociedades capitalistas industriais, as necessidades (crescentes) de serviços serão satisfeitas cada vez mais por todas as espécies de atividades do tipo self-service” (OFFE, 1985, p.

139), que ele define como trabalho em serviços, pois, o trabalho em serviços, como o self-service, ocasiona “uma diminuição da participação do trabalho em serviços” (OFFE, 1985, p. 139). A diferença é sutil e explica as atividades do setor de serviços.

O acesso dos clientes às estantes das mercadorias – self service, trabalho em serviços – foi considerado como grande conquista das lojas maiores, pois, eliminou em parte a força de trabalho ou o trabalho em serviços. Significou vantagem aos consumidores e, especialmente, redução do valor da mercadoria força de trabalho.

O acesso aos produtos em supermercados e restaurantes é oferecido ao cliente; nas lojas varejistas, geralmente, o acesso restringe-se às vitrines internas e os funcionários são importantes nos atendimentos pessoais.

A geração/extinção da força de trabalho tem a ver com a quantidade necessária de trabalho em serviços. Se for viável, extingue-se a força de trabalho. É a lógica do capital. Nas lojas, no entanto, permanecem os funcionários – o trabalho em serviços - mas reduz-se o salário, camuflado, muitas vezes, em comissão e em reconhecimento de eficiência e produtividade. A forma de pagamento em comissão integrado ao salário mensal deixa asséptico o baixo salário.

O acesso dos clientes aos produtos está generalizado nos restaurantes de Ponta Porã que oferecem refeições ao meio dia. À noite, quase todos eles se modificam para o sistema à la carte. No almoço o self-service é considerado pelos proprietários como grande conquista, pois, conforme eles, reduz o preço da refeição para o cliente. Da mesma forma nos supermercados. Um dos donos de restaurante enalteceu a grande invenção do autosserviço, referindo-se especificamente ao lucro auferido com a redução da força de trabalho ou do trabalho em serviço.

O discurso dos proprietários abona o acesso dos compradores às estantes das mercadorias, considerando grande vantagem aos consumi-

dores. O acesso aos produtos em supermercados e restaurantes é dado como inquestionável para o bom êxito das vendas. Aos clientes das lojas varejistas, geralmente, o acesso restringe-se à visibilidade dos produtos nas vitrines internas e não elimina a presença da força de trabalho, pois, as tarefas requerem atenção, “mediação e espaço de manobra, que respondem como serviços a situações específicas” (OFFE, 1985, p. 139). Esses estabelecimentos garantem a presença do funcionário nas lojas, o que amolda a necessidade de geração/extinção da força de trabalho.

Um dos depoentes, dono de loja, chama a atenção sobre “os custos a serem saldados”: “Preciso pagar não somente os vendedores, mas também, os responsáveis pelo transporte, pela carga, pelo armazenamento e pelos funcionários que mantêm em dia as gôndolas”.

Observou-se em Ponta Porã que a adoção de autosserviço ocorre nas mercearias, livrarias, em restaurantes e supermercados. Elimina-se o atendimento por parte do balconista ou do atendente, “transferindo para os clientes a tarefa de se servir das mercadorias” (TRINDADE, 1998, p. 68). Em lojas de roupas e de calçados, postos de combustível e nas lojas tradicionais de Ponta Porã, não se observou o autosserviço.

Ao lado do autosserviço, também a automação dos serviços reduz o número de funcionários. Nas médias empresas isso vem ocorrendo com maior celeridade. Mais lentamente ocorre nas pequenas e microempresas. Os motivos alegados para a baixa automação comercial foram: ausência de recursos humanos capacitados para utilizar os equipamentos; algumas resistências a mudanças e, principalmente, questão financeira: “Não me traz um lucro a mais”. Em âmbito local sucede-se o que a tese de Trindade (1998) indicou: “Os dados demonstram que a automação comercial vem ocorrendo com maior intensidade nas redes de supermercados maiores. [...] O grande número de empresas independentes e as tradicionais estão bem distantes, puxando para baixo o índice de automação global” (TRINDADE, 1998, p. 83).

A Mercadoria do Comerciante e o Novo Comércio

O estudo da mercadoria, que está nas mãos do comerciante, parece algo simples, mas, é complexo e intrincado. Examiná-la, com profundidade, foi possível graças às categorias de que se dispunham e serviram para mapear e registrar os dados empíricos buscados durante a investigação com os comerciantes de Ponta Porã.

A produção de mercadorias desenvolveu-se muito com a indústria mecanizada que substituiu a fase da manufatura e assumiu a fase dos monopólios. Com a modernização e a ampliação mundial, a indústria oligopolista – aliada ao capital financeiro e libertada da livre concorrência – subordinou a si toda a circulação de mercadorias.

O capital financeiro, a partir do final do século XIX, assumiu diretamente a forma de capital social em oposição aos capitais isolados, intensificando o financiamento e a divisão do trabalho nas empresas e alcançando também o comércio. A modernização da indústria mundial foi o fator que condicionou a modernização do comércio que, cedo ou tarde, ocorreu em toda a parte, também em Ponta Porã e em Pedro Juan Caballero. O comércio manufatureiro mundial foi substituído por um novo comércio, a partir de 1860. Por modernização entende-se, neste trabalho, a substituição de mercadorias produzidas pela manufatura e artesanato por uma produção de mercadorias em grande escala industrial.

A nova situação do comércio em Ponta Porã transitou para a modernização somente a partir de 1940, de forma tardia frente ao mercado mundial. Consolidou-se em 1970.

A padronização e a normalização das mercadorias, efetivadas pela grande indústria, subsidiárias de oligopólios, superaram o comércio de épocas anteriores, quando o produto a granel tinha que estar presente no armazém, às vistas do comerciante, a fim de ser avaliado e determinado

seu preço. O comerciante do período manufatureiro, denominado por Fragnals (1989, p. 315) “comerciante de físicos” estava sempre presente no armazém; apalpava, cheirava, enxergava e avaliava a mercadoria posta à sua frente e lhe conferia a qualidade e o preço.

As transformações organizacionais e tecnológicas ocorreram no comércio, quando o produto industrializado apareceu na vitrine em padrão da mesma espécie: em quilogramas e unidades ensacados, em quantidades fixas em maços, em produtos fechados em caixas, em preços fixados nas bolsas de mercadorias e em marcas registradas na Junta Comercial e por ela garantidos. Depoimentos de pessoas mais idosas demonstraram a mudança no interior das lojas. Daí a denominação de mercadoria abstrata, dada por Fragnals (1989, p. 317), justificada pela tecnologia que imprimiu “a uniformização dos instrumentos comerciais de análises quantitativas e qualitativas e, num dado momento, a unificação progressiva dos métodos de análise” (FRAGINALS, 1989, p. 319).

Segundo HOFF (2016, p. 37), no novo comércio o produto não é mais adquirido “em sacas e caixas, mas pela marca, pela qualidade conquistada no mercado, pelo preço estipulado para cada marca, descrita, aprovada e transcrita no Diário Oficial da União – DOU”. As forças do capital financeiro criaram um método de comercialização que não necessitava mais do “reino das coisas”, próprio ao período manufatureiro. A mercadoria, há tempo, deixou de ser avaliada pelo olhar e nariz do comerciante; aparece com uma forma abstrata, garantida por órgãos especiais, geralmente negociado na Bolsa de Mercadorias (BM).

O comércio abstrato de Ponta Porã começou a lidar com produtos empacotados, embalados, padronizados, a partir de 1940, e consolidou-se na década de 1970. Desde então, não atua mais quantitativamente com o “físico” do produto à sua frente para lhe conferir o preço a ser pago. O comerciante atual está longe do produtor e está vendo apenas a mercadoria embrulhada e o maço fechado; por isso, o produto aparece-

-lhe acabado, pronto, sem história da produção, sem perceber a força de trabalho que lhe inseriu valor de troca. A mercadoria aparece com seu encanto na vitrine, escondendo o passado e sua realização pela força de trabalho. Por isso, é denominado “comércio abstrato”.

Ponta Porã apresenta a singularidade da fronteira e o incremento de seu comércio seguiu as leis capitalistas universais. As leis, geradas na produção social, aplicam-se, também, à singularidade do comerciante localizado num município em que se desenvolveu o agronegócio, as indústrias e o turismo, propiciando-lhe condições para efetuar compras e vendas, utilizar os transportes, oportunizar os beneficiamentos e negociar produtos agropecuários.

O novo comércio exigiu mudanças nos empregos. Os dados empíricos coletados não expressam somente aumento/diminuição dos empregos no comércio de Ponta Porã, como também registram a utilização da tecnologia, menos no setor de vendas nas lojas e mais no setor de compras, aos fornecedores. A tecnologia refere-se ao uso da microeletrônica e das telecomunicações, mormente telefone e internet.

A informática diminuiu muito a presença física de representantes dos fornecedores, explicitaram dois comerciantes em depoimentos. Um deles acrescentou: “Os representantes das firmas não são mais anotadores de vendas. Eles vêm aqui para deixar amostras, endereços e orientações”. O agente de viagem referiu-se à “aula que o representante da firma nos dá aqui na agência sobre como funciona a operação de um pacote novo de turismo”.

A presença do SEBRAE socializou o entendimento sobre novas tecnologias, principalmente, com assistência direta e com oferecimento de cursos. Alguns comerciantes confirmaram que participam, eles próprios ou seus funcionários, nos cursos do SEBRAE, “porque são bem práticos”.

Por menor que fosse o volume de seu negócio, o comerciante obrigou-se a investir capital para operar de forma competitiva, adequan-

do-se aos ditames da burguesia industrial. Incrementou a inovação à medida de suas condições financeiras.

O governo ofereceu crédito para as microempresas e as pequenas empresas, com a finalidade de “informatizar” o sistema, “expandir o negócio”, “modernizar” e “efetuar a versão digital da nota fiscal”. O comerciante precisou introduzir maior divisão do trabalho e especialização das tarefas. Produziu eficiência à comercialização das mercadorias.

O comerciante aprendeu que, para competir e para expandir o negócio, necessita do financiamento dos bancos e orientar-se pelas novas tecnologias. Em visitas realizadas em microempresas e pequenas empresas constatou-se por parte do proprietário uma vontade de inovar, destacando o uso de redes sociais e a criação de sites para a divulgação dos produtos e do estabelecimento: “A patroa, que precisa naquele momento de gás de cozinha ou de qualquer encomenda, procura na internet”, explicou o microempresário, exemplificando a eficiência e a rapidez de um serviço informatizado.

A Mercadoria Comercializada nas Lojas

Para obter lucro em meio aos agentes da concorrência e em meio aos produtos prontos, estipulados em seu conteúdo, sua forma e preço, o comerciante de Ponta Porã obrigou-se a “atuar num limite estreito” – frase repetida pelos comerciantes em depoimentos – e, muitas vezes, reduzir o valor de sua mercadoria-produto. Queixa-se da estreita margem em que atua, circunscrito entre os preços das mercadorias que adquire, de um lado, e de outro, as despesas com transportes, armazenagens, salários, taxas e impostos, além da concorrência com seus oponentes.

Para superar os obstáculos, o comerciante reduz o capital variável, demitindo parte da força de trabalho. Reduz a mercadoria força de trabalho. Às custas dessa liberação, - feita sempre que necessário e

possível - consegue controlar a situação. Entende-se a mercadoria-força de trabalho como compra e venda, pois, o trabalho é comprado por oito horas diárias e vendido pelo preço do dia, de acordo com a legislação em vigor. Logo, é uma mercadoria. Sendo mercadoria, mediante seu uso, cria-se valor, sabendo-se que somente o trabalho humano produz valor.

O valor da mercadoria torna-se mais claro quando se entendem os diversos momentos da reprodução do capital, incluindo a comercialização dos produtos.

Os Momentos da Unidade

Os diversos momentos da unidade na reprodução do capital dividem-se em capital, trabalho, produção, circulação trocas e consumo. Houve época em que o comerciante tinha o papel principal no ciclo da mercadoria. O capital comercial, um dos momentos da reprodução do capital, dominava a produção até a metade do século XIX e, também, em Ponta Porã nas primeiras décadas do século XX. Fácil é entendê-lo quando se recorda que o comerciante buscava produtos agrícolas e produtos da manufatura e do artesanato no interior da região. Com capital na mão, comprava os produtos, impondo seu preço. Na sociedade atual, deu-se o inverso: a modernização da indústria submeteu o comércio e exigiu sua modernização. Os fabricantes instalaram o domínio sobre o comerciante.

Voltamos a discutir a unidade que é a reprodução do capital, o que é, ao mesmo tempo, a diversidade de fases deste processo unitário. Os momentos do ciclo completo são importantes se forem analisados como ações recíprocas a serem percorridas na reprodução do capital. Se, por exemplo, ocorrer uma mudança ou uma concentração de capital na circulação, também causará maior exigência na produção da mercadoria. Da mesma maneira, se ocorrer uma mudança na produção, também haverá modificação na circulação e no consumo, deixando-se claro que

a produção busca, continuamente, modificar o gosto do consumidor. O mesmo vale para as demais etapas do ciclo completo.

Em síntese, há “uma ação recíproca entre os diferentes momentos da totalidade”, ensina Marx (1946, p. 219). A ciência deve reconstituir o processo da produção, porque ali, e em nenhum outro lugar, ocorre a criação do valor. Nos vários momentos do ciclo – produção, circulação, distribuição, trocas, consumo – encontram-se agentes a quem cabe viabilizar o produto e os negócios do comerciante varejista. As lojas têm papel fundamental nesse ciclo. Sem considerar o ciclo completo, fica o pesquisador a examinar a mercadoria, como a examina o cliente da loja, somente na prateleira, acabada em seu formato e pronta para ser vendida.

O comerciante não produz a mercadoria; conseqüentemente, não gera valor ou mais valor. A questão deve ser entendida da seguinte forma: o comerciante se apropria de parcela da mais valia gerada na produção. Explica-se melhor: o produtor da mercadoria, o dono da indústria, não se apropria totalmente da mais valia gerada na sua fábrica, mediante o trabalho humano. Para que sua mercadoria possa entrar na reprodução do capital, ele deve distribuir uma parcela da mais valia e cedê-la ao comerciante. Assim, o comerciante se apropria de parcela da mais valia que foi gerada na produção.

A redução da mercadoria-força de trabalho origina novo problema, geralmente, não perceptível ao comerciante, porque reduzir a força de trabalho significa diminuir a possibilidade de apropriar-se de parcela da mais valia gerada na produção.

Força de Trabalho e a Produção do Valor

A ação de agentes da produção e da distribuição de mercadorias influenciou diretamente a categoria de força de trabalho no comércio e determinou a desvalorização salarial de homens e mulheres, fenômeno

constatado por pesquisas em todo o território nacional. No comércio de Ponta Porã, como em toda a parte, o salário mínimo é pago, acrescido por mais algum ganho em porcentagens sobre as vendas feitas pelo funcionário. A tendência mundial é a redução da principal mercadoria do comerciante, a força de trabalho. Nesse sentido, a ação singular do comércio de Ponta Porã manifesta, também no salário que paga, as leis gerais da produção social.

Os comerciantes desta ou de qualquer cidade fazem sua própria história, mas não a fazem por vontade própria, não sob sua escolha, mas sob condições existentes na produção e na distribuição de mercadorias, regidas pelas leis da sociedade capitalista. Por isso, eles têm ideia correta quando detectam os momentos de crise: “É a crise. A crise pegou a todos”, ou “é o mercado”. Ou ainda: “Atuamos em limite estreito”.

A dependência do comerciante de Ponta Porã aos agentes da produção, distribuição e consumo, que lhe conferem somente um espaço estreito de atuação, resulta em que ele adquire o produto acabado, pronto para ser vendido num espaço dominado pelos impostos, salários, preços e desejos dos clientes. Neste âmbito deve recompor seu capital após cada compra e cada venda de mercadorias, quando o capital-mercadoria deve constantemente transformar-se em capital-dinheiro. Em épocas de crise, obriga-se o comerciante a reduzir o preço da mercadoria-produto e da mercadoria-força de trabalho.

A explicação sobre a força de trabalho remete inicialmente à mercadoria que aparece na vitrine da loja de forma pronta e acabada. Surge aprimorada, burilada. Entretanto, a mercadoria sedutora na vitrine, esconde o tempo necessário para sua produção, a sua história, e oculta o processo de como foi produzido mediante a força de trabalho. Apresenta-se fascinante aos clientes, mas não revela, sonegando, seu passado. Toda a atenção do comerciante foca a mercadoria, já pronta, exposta na vitrine. Ele a comprou e precisa vendê-la. Ele joga luz somente em um

dos momentos da reprodução do capital, - na circulação - sem precisar relacioná-la ao momento da produção. É assim que obtém lucro; assim é a sua tarefa de “burguês prático”, expressão da literatura específica.

Dessa forma, excluindo a força de trabalho que realizou a mercadoria, o comerciante suprime, também, a parcela da mais valia gerada na produção. Em outros termos, não leva em consideração as ações recíprocas da unidade que é a reprodução do capital, especificamente, excluindo as atividades dos que produziram a mercadoria, elimina o valor gerado pela força de trabalho.

A produção do valor deve merecer uma atenção maior. É o que se pretende explicitar no apêndice deste livro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se a situação do setor terciário e do comércio em Ponta Porã, mediante dados estatísticos fornecidos pelos órgãos públicos e privados e mediante depoimentos e registros colhidos por ocasião das visitas aos locais de atuação.

O estudo examinou a mercadoria do comerciante, verificou a estreita margem de atuação do negociante, a produção de valor e a sua realização nos diversos momentos da reprodução do capital. A função da pesquisa foi submeter os dados empíricos à análise do trabalho realizado na produção das mercadorias, a fim de fazer entender que o comércio é uma das atividades que têm íntimas conexões com os demais momentos do ciclo completo ou da unidade da reprodução do capital. Como tal, foi preciso examinar a produção, o trabalho realizado, para se captar a geração de valor e de mais valor. É o trabalho que cria o valor da mercadoria. Por isso, a importância do momento da produção no conjunto da produção do lucro. Ao chegar à circulação, ao comércio e ao consumo, se realiza e se completa o valor, gerado na produção.

Os determinantes da modernização do comércio foram as forças de trabalho desenvolvidas que se caracterizaram na intensificação da divisão do trabalho, no uso da informática e dos registros eletrônicos, nos negócios de produtos padronizados provenientes das empresas industriais modernas e na utilização do capital bancário nas negociações. As casas comerciais acresceram ao capital próprio a ajuda financeira de bancos para a aquisição de produtos. Com esse entendimento, compreende-se, também, o princípio de que a produção moderna gerou a modernização do comércio.

Por menor que fosse o volume de seu negócio, o comerciante obrigou-se a investir capital para operar de forma competitiva, adequando-se

ao tipo de capitalismo que a burguesia industrial impôs a seus negócios.

Em suma, as especificidades do setor de serviços e do comércio de Ponta Porã manifestam as leis que regem a produção mundial.

APÊNDICE

A MERCADORIA DO COMERCIANTE

A existência do comércio deve ser entendida como alguém que aparece no mercado com certa quantia de dinheiro para comprar a mercadoria do fabricante. Assim, inicia-se o ciclo da mercadoria que segue sempre a mesma dinâmica, ou seja, o comerciante entrega o dinheiro ao fabricante, recebendo em troca a mercadoria desejada. O produtor cede a mercadoria ao comerciante, embolsando o dinheiro e o transforma em capital produtivo. O comerciante, por sua vez, vende o artigo ao consumidor, embolsando um dinheiro a mais do que gastou na compra e nos gastos de transporte, armazenamento, taxas, salários. Assim, sempre reinicia a operação, valorizando o capital-dinheiro que adiantou. Essas operações são fáceis de entender.

A dificuldade, a ser esclarecida neste item, começa com a constatação de que o comerciante não produz a mercadoria que vende em sua loja. Ele atua na circulação e é apenas o operador de uma das diversas fases que compõem o processo da reprodução do capital. As demais fases da unidade/diversidade do processo global são a produção, as trocas, a circulação, a comercialização e o consumo.

Para se entender o comércio, é preciso verificar o ciclo todo da reprodução do capital, sem esquecer a fase principal do processo que é a produção da mercadoria ou, em outros termos, a mercadoria comercializada deve revelar o trabalho que a produziu. O dispêndio da força de trabalho é de fundamental importância porque ali se produz o valor que a mercadoria adquire.

Mais complexo é entender de forma científica o valor que adquiriu a mercadoria. A pergunta básica é a seguinte: Onde foi que a mercadoria, que está em demonstração na vitrine da loja, adquiriu valor? A

resposta é: na produção, no trabalho despendido para realizá-la. O produto obteve valor ao ser construído, elaborado, realizado pela força de trabalho. Observe-se, então, que a mercadoria, exibida no mostruário da loja, adquiriu valor na hora de sua fabricação.

A dificuldade do comerciante prático é reconhecer o valor da mercadoria que ele compra e vende. Esse valor é produzido no trabalho e mais: o valor não se vê, não se deixa apalpar e não tem cheiro; mas existe.

O apêndice, em forma resumida, vai se dedicar à compreensão do valor daquela mesma mercadoria que aparece pronta na vitrine da loja. Utilizamos os economistas clássicos, Adam Smith (1723-1790) e Ricardo (1772-1823), a fim de fundamentar cientificamente a teoria do valor. Entendemos importante, também, a contribuição de Sismondi (1773-1842). Estes economistas pertencem à Economia Política Clássica. Marx (1818-1883) elogia os estudos desses clássicos e herda a teoria do valor criada por eles; dá, porém, um passo a mais, desvelando o mais-valor ou a mais-valia.

A mercadoria que está nas mãos do comerciante parece algo simples, mas é complexa, heterogênea, intrincada. Examiná-la com profundidade foi possível graças aos teóricos clássicos e aos dados disponíveis, que foram levantados por ocasião das visitas realizadas aos estabelecimentos do setor terciário de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero. Eles reclamaram do “limite estreito” em que atuam, o que necessita de esclarecimentos.

O Limite Estreito de Atuação do Comerciante· sua Razão de Ser

Os comerciantes utilizaram diversas frases que sistematizamos numa categoria de análise, “estreito limite de atuação”, circunscrito aos preços das mercadorias que adquirem, de um lado, e, de outro, às despesas com transportes, armazenagens, salários, taxas e impostos, além da con-

corrência com seus oponentes. Enfim, uma margem estreita de atuação e de lucro. Essa situação do comércio é analisada na economia e os estudiosos procuram fornecer “saídas” para maior eficiência comercial e maior lucro.

Neste nosso trabalho buscaram-se razões para uma compreensão que fosse além da superfície, além do nível das aparências. As razões de ser do comércio, dadas pela ciência, superam a explicação de que o lucro é uma simples diferença entre o preço de compra e o de venda, com a incorporação dos custos adicionais.

A primeira razão de ser da queixa do comerciante, várias vezes verbalizada nos depoimentos, obriga-nos a compreender, primeiramente, o conceito de distribuição.

O Limite Estreito de Atuação do Comerciante- sua Razão de Ser

Os comerciantes utilizaram diversas frases que sistematizamos numa categoria de análise, “estrito limite de atuação”, circunscrito aos preços das mercadorias que adquirem, de um lado, e, de outro, às despesas com transportes, armazenagens, salários, taxas e impostos, além da concorrência com seus oponentes. Enfim, uma margem estreita de atuação e de lucro. Essa situação do comércio é analisada na economia e os estudiosos procuram fornecer “saídas” para maior eficiência comercial e maior lucro.

Neste nosso trabalho buscaram-se razões para uma compreensão que fosse além da superfície, além do nível das aparências. As razões de ser do comércio, dadas pela ciência, superam a explicação de que o lucro é uma simples diferença entre o preço de compra e o de venda, com a incorporação dos custos adicionais.

A primeira razão de ser da queixa do comerciante, várias vezes verbalizada nos depoimentos, obriga-nos a compreender, primeiramente, o conceito de distribuição.

O Conceito de Distribuição

Em nível de aparência, a distribuição é entendida como provimento de produtos para o comércio. Essa ideia contrapõe-se a Ricardo (1982) para quem a distribuição é um conceito que se coloca anterior às trocas, porque os determinantes da distribuição se acham situados na fase da produção.

A análise de Ricardo é uma descoberta científica, válida enquanto houver produção capitalista, que, no entanto, foi abandonada por muitos economistas, obrigados a buscar outras explicações para justificar as relações de produção.

Para se compreender o conceito de distribuição, necessário é entendê-lo em sentido amplo. Não pode haver nenhuma produção sem a distribuição dos instrumentos de produção, com vistas à realização da mercadoria. Assim, não pode haver produção sem haver um trabalho acumulado no passado que resultou num capital disponível. Também não pode haver produção sem pessoas distribuídas pelas tarefas do trabalho e sem instrumentos de trabalho. Esse conjunto forma a distribuição, um conceito que vai além da simples distribuição de produtos.

A fim de que a análise teórica não se restrinja à simples distribuição de produtos, é preciso examinar antes a produção das mercadorias. O exame inicia com o trabalho passado, acumulado, utilizado para produzir uma mercadoria. Para produzir algo, o trabalho deve entrar em ação. Para que o trabalho possa ser despendido, há necessidade de se organizar a distribuição, entendida no sentido amplo, valendo o princípio: sem distribuição não há produção; e sem trabalho não se realizam mercadorias.

Isso remete nossa atenção a uma definição que se estende para além do significado comum do que seja uma simples distribuição de produtos. Marx (1946, p. 215) está de acordo com Ricardo ao esclarecer:

A distribuição apresenta-se como distribuição dos produtos e como se estivesse muito afastada da produção e quase independente em relação a ela. Porém, antes de ser distribuição de produtos é: 1) a distribuição dos instrumentos de produção; e 2) o que é uma nova determinação – a distribuição dos membros da sociedade nos diferentes gêneros de produção.

Trata-se de, tendo disponível um capital-dinheiro, distribuir os instrumentos de produção (equipamentos, máquinas, capital) e os membros da sociedade pelas diferentes tarefas a serem trabalhadas. Isso serve para qualquer empreendimento produtivo. O empreendedor, em sua ação, necessita dividir os setores da produção determinada, dar uma forma de organização ao negócio de acordo com o seu interesse, contratar pessoal, determinar as funções de cada trabalhador e adquirir os meios de produção. Esta é a distribuição que o proprietário deve realizar, quando quiser produzir. Imprescindível é a posse de um capital, que também é um instrumento de produção.

Essa clara definição impede que se analise a mercadoria unicamente quando ela está posta na vitrine da loja. Só é possível examinar a mercadoria, que está sedutora no mostruário, quando se analisa a distribuição ampla ou o conjunto de instrumentos e de trabalhadores que foram dispostos nas atividades que a produziram. Isso porque a distribuição de pessoal e de instrumentos na tarefa da produção escolhida é apenas um dos momentos da totalidade a ser investigada, ligada essencialmente à produção. Ela é somente um momento entre as diversas ações desenvolvidas na reprodução do capital. Sem considerá-la, acaba-se em não superar a superfície do entendimento, permanecendo na consciência comum.

Por “superfície”, “aparência” entende-se a percepção de que na sociedade o salário do trabalho aparece como preço do trabalho. Essa percepção designa também a consciência jurídica a indicar que o valor-trabalho é idêntico a preço-trabalho. É a sua forma de manifestação ideológica. Por isso, é preciso determinar sua razão de ser.

Fácil é entender que o lucro é apenas uma simples diferença entre o preço da compra e o da venda, com a incorporação dos custos adicionais e obrigatórios. Essa maneira de ver é prática e movimenta o comerciante em seu estreito limite de atuação na obtenção do lucro. É suficiente para ele fazer seus negócios. É a forma de manifestação superficial que determina sua razão de ser, a de ser a forma comum. No entanto, não é a explicação científica, porque não revela o conjunto da produção humana e, por conseguinte, da reprodução do capital.

A atividade do comerciante não pode ser analisado somente em si mesma, no seu curto espaço de atuação. A superação do senso comum é ter clareza de que o comércio não existe se não houver produção; por sua vez, a produção somente existe se houver a distribuição dos instrumentos e de pessoal (força de trabalho), pois os determinantes da distribuição encontram-se situados nas condições de produção.

Entendendo-se o que é a distribuição de instrumentos da produção e de pessoal empregado nas tarefas, pode-se verificar uma segunda razão de ser das manifestações aparentes, a de que a produção de valor não é legível, visível, e, portanto, não existiria.

O Conceito de Valor

O comércio é essencialmente troca de mercadorias, intermediado pelo dinheiro. No primeiro momento, na compra, o negociante troca capital-dinheiro por capital-mercadoria; no segundo momento, na venda, ele troca seu capital-mercadoria por capital-dinheiro. O dinheiro é o equivalente geral na troca de mercadorias.

As mercadorias, que se encontram à venda nas lojas, são objetos que foram produzidos; são resultados do trabalho humano. Aqui se tem a origem do valor. A mercadoria tem valor porque foi produzida pelo dispêndio

da força de trabalho, isso é, na produção. Exemplificando, a terra em si não produz valor. Somente produz valor se o fazendeiro cuidar do gado no seu pasto ou se o agricultor plantar feijão. A mercadoria gado ou feijão adquirem valor porque há dispêndio de trabalho humano. Só o trabalho produz valor. Isso está fundamentado em todos os clássicos da Economia Política.

Estes economistas apresentaram cientificamente o valor em duas partes: valor de uso e valor de troca. Todo produto realizado pela força de trabalho tem este duplo sentido. Os valores de uso apresentam-se como utilidades para seus consumidores, de consumo direto, sem passar pela comercialização ou pelas trocas. Eles são diferentes entre si e têm usos diferenciados: o uso de um par de sapatos não é igual ao uso de um casaco. A confecção de um também é distinta da de outro.

O valor de uso pode transformar-se em seu contrário, em valor de troca, quando for permutável, sem modificar sua base material (o produto). Se eu produzo um sapato ou um casaco para meu uso particular, trata-se de um valor de uso que eu vou consumir, mas, se eu os produzir para trocar com outras mercadorias (ou com o equivalente geral que é o dinheiro), então, o produto – a mesma base material - transformou-se em seu contrário, no valor de troca. Por isso se diz que o valor de uso é o suporte material do valor de troca.

A mercadoria apresenta-se como valor de uso e pode não se transformar em valor de troca. Mas, se houver a transformação, o valor de uso aparecerá no seu contrário: como valor de troca. O trabalho que cria valor de troca é trabalho geral abstrato, ou trabalho humano geral.

Sabe-se que os trabalhos concretos, que realizam qualquer produto, são trabalhos diferentes. O trabalho para produzir um casaco é diferente do trabalho que confecciona o sapato; ambos são realizados em fábricas diferentes. No entanto, o casaco, o sapato ou qualquer outro produto têm uma qualidade comum. Essa qualidade comum é o fato de

que o casaco, o sapato e todas as mercadorias que existem são resultado do trabalho humano geral, do trabalho abstrato. Todas as mercadorias comungam de uma qualidade, a de que foram produzidas pelo trabalho humano em geral, pelo trabalho universal dos homens. Pelo trabalho humano as mercadorias adquirem valor. Valor é uma qualidade social; não é natural (não é produzido pela natureza), é social (produzido pelo conjunto da atividade humana).

Força de Trabalho e Quantidade de Trabalho

Existe uma mercadoria que se chama trabalho humano. A força de trabalho é uma mercadoria, pois ela é comprada e vendida por tantas horas de uso por dia, mediante um contrato, reconhecido em lei. E é a única mercadoria que gera valor para o objeto produzido por ela. Adam Smith (1723 - 1790), um economista clássico, tinha a convicção de que o assalariado, que vende sua força de trabalho por tempo determinado, não podia receber o valor integral criado pelo seu trabalho. A frase de Smith dá a entender claramente que a força de trabalho é a única mercadoria que não é remunerada de forma equivalente pelo valor que ela agrega à mercadoria.

Ricardo (1772 - 1822) também se refere à teoria do valor, com mais propriedade científica do que Adam Smith. Escreve que em toda troca de mercadorias deve haver uma troca de quantidades iguais de trabalho utilizado na sua produção. Sendo assim, como explica Paul Singer, 1982, “um maço de cigarros vale vinte caixas de fósforos, porque o tempo de trabalho necessário à produção do primeiro seria vinte vezes maior do que aquele utilizado para produzir a segunda” (SINGER, 1982. In: RICARDO, 1982, XXV). A par desse princípio, Ricardo determinou que o valor das mercadorias tem a ver com o tempo de trabalho requerido pela sua produção, com o valor do capital nela aplicado e com o seu tempo de rotação: “O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho

necessário para essa produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho” (RICARDO, 1982, p. 43).

A teoria de valor de Ricardo consagrou-se como a teoria clássica do valor. Conforme ela, o valor é gerado na produção. Foi uma descoberta científica, válida para qualquer mercadoria no mercado: seu valor é gerado na produção (e não na circulação).

Jean-Charles de Sismondi (2010) negou “que todas as classes se beneficiam com o aumento da riqueza. [...] Concluiu que o capital é uma riqueza que vive daquilo que o capitalista não paga ao trabalhador” (SISMONDI, 2010, p. 3). Está aqui o reconhecimento cabal da teoria do valor e do mais valor por parte de Sismondi. Ele não aceita o princípio que concebe a participação das classes, capitalistas e trabalhadores assalariados, “dos resultados trazidos pela industrialização ou a ideia de que o aumento da riqueza beneficiaria a todas as classes da sociedade” (SISMONDI, 2010, p. 3).

Sismondi (1773 - 2010) não nega o potencial revolucionário do capitalismo, sua capacidade quase ilimitada de produzir um volume de riquezas cada vez maior, afirma Sismondi (2010) e acrescenta: “Nega, no entanto, e por isso seu livro se intitula *Novos Princípios de Economia Política*, que todas as classes se beneficiem com o aumento da riqueza” (SISMONDI, 2010, p. 2).

A partir de 1870, apareceu uma teoria diferente da dos clássicos, denominada Teoria Marginalista que explicou o valor da mercadoria não em termos de horas de trabalho necessárias à sua produção, mas pelo grau de satisfação que a mercadoria é capaz de proporcionar para o consumidor. Isso significa que, para essa teoria, o valor não é gerado na produção, mas no consumo.

Muitas teorias econômicas, até hoje existentes, abandonaram a explicação científica dos economistas clássicos sobre a geração do valor na produção. Assim, abandonaram também o essencial para se entender a relação capital/trabalho.

O Valor, Gerado na Produção, é Realizado na Circulação

Sem a distribuição de instrumentos e de força de trabalho na produção não há possibilidade de se gerar valor. O valor produzido não é legível, não é visível e não se deixa sentir, apalpar, mesmo que o examinemos através de uma radiografia ou pelo telescópio. Mas, é preciso guardar bem que o valor só é gerado na produção, por meio do trabalho humano. Assim, não se pode considerar que o valor é gerado pelo grau de satisfação que a mercadoria é capaz de proporcionar para o consumidor, isso, é situado no consumo.

O capital comercial não funciona na produção; só funciona na esfera da circulação que é apenas uma das fases do processo global de reprodução. Por isso se diz que o comerciante não produz a mercadoria que compra e vende. Situando-se no processo da circulação, o comerciante não produz valor, nem mais-valia, conforme a teoria científica dos clássicos da Economia Política. Conforme eles, diretamente o capital comercial não cria valor. Marx acrescenta: “Se uma mais valia for realizada na venda de mercadorias, é porque a mais valia já existe nelas” (MARX, 1981, S. 265).

A pergunta que se abre à discussão é: o comércio gera valor? A resposta é negativa. Entretanto, gerado na produção, o valor só surge, só se realiza na circulação da mercadoria. Assim, o valor da mercadoria é gerado pelo trabalho humano na produção, mas, só aparece na circulação das mercadorias; só se realiza na comercialização e no consumo. Por conseguinte, no processo de circulação não se produz valor, nem mais valor. O leitor percebe aqui a unidade existente no processo da reprodução do capital, que a investigação científica deve apreender.

Sendo apenas uma das fases do processo global de reprodução, a atividade do comerciante não produz valor. A teoria de Ricardo (1982) foi completada pela mais valia de Marx: “A mais-valia tem origem na for-

ça de trabalho humano despendida para produzir a mercadoria” (MARX, 1981, S. 265). A descoberta da “parte não remunerada do trabalhador”, encontrada em Adam Smith – sua convicção de que o assalariado não podia receber o valor integral criado pelo seu trabalho, porque não haveria lucro, - recebe um complemento: a mais-valia.

Nas trocas realiza-se a mais-valia, porque esta já foi gerada na produção. Realizar-se a mais valia nas trocas e no consumo significa que é preciso pensar sempre os diversos momentos da reprodução da mercadoria como uma unidade de ações recíprocas, entendendo-se que os vários momentos da reprodução do capital perfazem uma unidade na diversidade de ações.

Da mesma forma que parte do trabalho não remunerado do trabalhador cria mais-valia ao capital produtivo, a parte do trabalho não remunerada dos funcionários do comércio - trabalho não produtivo - fornece ao capital comercial uma parte dessa mais valia, gerada na produção: “O capital comercial (é) participante nesta mais-valia” (MARX, 1981, p. 278).

Realizar-se na circulação e no consumo significa: o capitalista industrial produz a mercadoria e, ao vendê-la ao comerciante (isso pode ocorrer mediante várias intermediações), cede-lhe uma parte da mais-valia criada na esfera da produção.

É necessário explicar um pouco mais. O capital comercial, assumindo custos adicionais, assalaria trabalhadores nas tarefas de transporte, estocagem, venda e tarefas de contabilidade. O salário desses empregados no comércio divide-se em duas partes: durante o tempo necessário, eles asseguram a realização daquela parte da mais valia, criada na esfera da produção, que repõe os gastos dos capitalistas na compra de força de trabalho, e durante o tempo suplementar trabalham gratuitamente para os capitalistas, assegurando-lhes a apropriação do lucro comercial. Tal é a teoria do valor excedente, criado na produção, princípio presente em Adam Smith e em Ricardo.

Marx (1980, p. 270) refere-se ao trabalho no comércio, um trabalho não produtivo: “Da mesma forma que o trabalho não remunerado do trabalhador cria diretamente mais-valia para o capital produtivo, a parte não remunerada do trabalho dos assalariados comerciais fornece ao capital comercial uma parte dessa mais-valia” (MARX, 1981, p. 278)

O capital comercial efetua a realização das mercadorias, utilizando a força de trabalho dos empregados assalariados. Estes, pelos seus trabalhos, transformam as mercadorias em dinheiro, mas não criam valor nem mais-valor. Possibilitam, porém, ao comerciante apropriar-se de uma parte da mais valia, criada na produção ou na indústria.

A Totalidade dos Elementos da Reprodução da Mercadoria

A verdadeira ciência fornece o entendimento da razão de ser do “limite estreito do comerciante”. Ela toma como análise a totalidade da reprodução da mercadoria. Afirma que existe uma “ação recíproca entre os diferentes momentos da totalidade, mas a categoria principal é a produção” (MARX, 1981, p. 219), porque a produção necessita da distribuição de capital, de instrumentos e de pessoal.

O elemento principal da totalidade é a produção que 1) é efetivada pela força de trabalho; 2) é o espaço em que se produz o valor da mercadoria; 3) somente se efetiva, se houver a distribuição de instrumentos de produção e de força de trabalho; 4) gera o mais valor, que se realiza na circulação.

Um dos momentos da totalidade é o consumo da mercadoria. Ao se pensar no papel do consumo na reprodução global da mercadoria, tem-se a impressão de que o consumo ou a necessidade/satisfação social seria a responsável pela criação de valor. Aconteceria da forma seguinte: produz-se determinado produto porque a população o exige para satis-

fação das necessidades do estômago e da fantasia. Isso é verdade. A teoria científica da Economia Clássica, porém, não aceita que a satisfação das necessidades substitua a produção de valor. O essencial a investigar revela que a produção cria não só o objeto do consumo; cria, também, o modo de consumir; cria o consumidor, cria um sujeito para o objeto. Assim, um objeto de arte cria um público sensível à arte e capaz de aprender a dela gostar. Em suma, é a unidade do processo – distribuição, produção, circulação e consumo – que esclarece a problemática.

Volta-se a acentuar que a produção é o momento principal de análise, porquanto comanda os demais momentos: “O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, a troca, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças em uma unidade” (MARX, 1946, p. 218). A presença do capital, enquanto principal instrumento, organiza a distribuição dos instrumentos de produção e da força de trabalho para renovar constantemente a geração de mercadorias, de acordo com as leis gerais da sociedade.

As Leis Gerais da Produção e o Comércio

A análise histórica do movimento do capital demonstra que os mecanismos de comercialização dos produtos sofreram uma mudança equivalente à operada nas técnicas de produção.

A produção é organizada conforme as leis gerais da sociedade capitalista. O empreendedor não produz apenas a mercadoria; ele produz e reproduz as relações sociais ou as relações capitalistas de produção. Exemplificando: o pecuarista produz o boi, o couro e a carne, mas, cria e recria também as relações sociais nas quais produz o boi, a carne e o couro. Produz e reproduz as leis gerais da produção capitalista.

O comerciante necessita reproduzir constantemente seu capital, “a fim de se manter na dinâmica econômica dentro dos padrões vigentes

de cada época” (AUED, 1981, p. 23). Enfrenta, de um lado, o volume de massas de mercadorias produzidas que deixa “a sociedade abarrotada de mercadorias sem possibilidade de serem realizadas”, quando ocorre a crise de superprodução. De outro lado, mesmo havendo rigoroso controle dos industrialistas sobre a produção para evitar a superprodução, há pressão sobre o comerciante para desfazer-se das mercadorias acumuladas com a finalidade de reativar as compras e para realizar o valor dos produtos.

Os economistas da Economia Política Clássica descobriram que a lei do valor é a lei econômica da produção de mercadorias que provém do trabalho socialmente necessário para produzi-la; descobriram, também, a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador.

A ideia exata de que o valor é constituído na produção e realizado nas trocas e no consumo, é estranha à Escola Austríaca (Menger e outros) e à Escola Neoclássica (Malthus e outros), para quem o valor é a utilidade, a raridade do bem ou serviço, negociado no mercado, como qualquer bem econômico. Ao estabelecerem a utilidade e a satisfação do consumidor como base do valor, negam a explicação clássica e científica sobre a origem do valor.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, G. L. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2003.

ALVES, G. L. A. **Casa comercial e o capital financeiro em Mato Grosso 1870-1929**. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2005.

AUED, I. M. Ensaio sobre a lei geral de acumulação capitalista em Marx. **Revista UNIMAR**, Maringá, v. 3, p. 21-24, 1981.

BRASIL. **Cadastro geral de empregados e desempregados – CAGED**, 2016; 2017; 2018; 2019

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas Ponta Porã**. 2015. Acesso em: 27 jan. 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Ponta Porã**. 2015. Acesso em: 27 jan. 2016.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE**. 2016; 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto**. Setor Terciário Ponta Porã. 2015. Acesso em: 27 jan. 2016.

BRASIL Ministério do Trabalho. **CAGED/RAIS**. Cadastro de empresas de Ponta Porã. Disponível em: Acesso em 02 set. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **PDET. RAIS. CAJED. CNAE**. Cadastro de empresas de Ponta Porã.

BRASIL. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**, 2016; 2017; 2018; 2019.

CABALLERO, P. A Ocupação do departamento de Amambay. In: ROIG, C. M. Q. **Estampas de Pedro Juan Caballero**. Assunción: Editora Alborada S. R. L., 1984. 384p.

CENTENO, C.V. **Educação e Trabalho na Fronteira de Mato Grosso – Estudo historiográfico sobre o Trabalhador Ervateiro (1870 – 1930)**, Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2007. 214p.

COTRIJUÍ. Cooperativa Agropecuária e Industrial de Ijuí. **COTRIJUÍ**. Disponível em: http://www.cotrijui.coop.br:8080/pg_empresa/aempresa_n.html. Acesso em: 02 jun. 2016.

FRAGINALS, Manuel Moreno. **O Engenho, I e II**. São Paulo: UNESP. 1989.

HOFF, S. A Construção do ramal ferroviário e o desenvolvimento na região de Santa Cruz – 1905 a 1930. **Geosul**, Florianópolis, v.31, n. 62, p. 19-38, 2016.

FROES, M. B. Aral Moreira; FROES, Juvenal. **Os caminhos da erva-mate na fronteira sul-matrossense**. Maringá: Editora Massoni, 2007.

GIMENES; R. M. T.; GIMENES, F. P.; GOZER, I. C. Evolução do crédito rural no Brasil e o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento dos produtores rurais. In. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008. **Anais [...]**. Rio Branco, p. 10-23, 2008.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUERINI, I. M. F. M.; HOFF, S. As relações sociais no cultivo da cana-de-açúcar e os novos métodos de trabalho: municípios de Mirandópolis, Lavínia e Valparaíso – SP. **Redes (Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 20 n. 2, p. 98-114, 2015.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira, 1996.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JESUS, L. C. de. **Erva Mate**: o outro lado. A presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970. Dourados: UFMS, CPDO, 2004. 190 p.

JORNAL COAMO, 2013. **Produtor lança livro sendo protagonista da origem e transformação do desenvolvimento do Mato Grosso do Sul**. Disponível em: http://www.coamo.com.br/jornalcoamo/dez13/digital/sul_ms.html. Acesso em: 15 jun. 2016.

LAINO, D. **Paraguay**: de la independência a la dependência. Assunción: Ed. Cerro Corá, 1979.

LAR. Cooperativa Agroindustrial. **LAR**. Disponível em: <http://www.lar.ind.br/v4/>. Acesso em: 10 jul. 2016.

LÊNIN, V. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 1982.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Flama Limitada, 1946.

MARX, K. **O Capital**. Berlin: Ullstein GmbH, 1981.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 2 v.

MOREIRA, A. Cartas. In: FROES, M. B. Aral Moreira; FROES, Juvenal. **Os caminhos da erva-mate na fronteira sul-matogrossense**. Maringá: Editora Massoni, 2007.

MACHADO, L. O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p. 7-23, jan./jun., 2000.

MAGALHÃES, R. N. **Um século de histórias**: sul do MT, território federal de Ponta Porã, Sul do MS. Dourados: Marindress Editora Gráfica, 2013a.

MAGALHÃES, L. A. M. **Retratos de uma época**. Os Mendes Gonçalves Cia Matte Larangeira. Campo Grande: LAMM, 2013b.

MAPA – **Ponta Porã/MS e Pedro Juan Caballero/PY**. Disponível em https://www.google.com/search?rlz=1C1GCEU_pt-BRBR821BR821&q=mapa+da+fronteira+de+Pedro+Juan+Caballero+e+ponta+por%C3%A3&tbm=isch&source=univ&sa=X&ved=2ahUKEwjdhOSNgN_iAhXVK7kGHVh8CFIQ-sAR6BAgCEAE&biw=1920&bih=920#imgrc=MBK6oWaG3mYzUM: Acesso em: 10 jun. 2019.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, T. C. M. (Coord.). **Perspectivas para o meio ambiente urbano**: GEO Ponta Porã – Mato Grosso do Sul. Campo Grande: [s.n.], 2010. 160p.

TRINDADE, José Tarcísio Pires. **Nonas tecnologias como fator de mudanças no processo de modernização do comércio varejista**: estudos de caso no setor da grande distribuição. Rio de Janeiro: COPPEIUFRJ, 1998.

PONTA PORÃ. **Industrialização torna-se realidade em Ponta Porã** – Programa INDUSPORÃ. Diário Oficial de Ponta Porã, 26 dez 2007. Disponível em: <http://www.pontapora.ms.gov.br/diarios/550.pdf>. Acesso em: 11 set. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ. **Perfil socioeconômico da fronteira de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai)**. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, 2013. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/perfil+socioecono/14ffb-2162033867f?projector=1>. Acesso em: 15 jan. 2015.

RAMÍREZ, J. Amambay: evolución económica y potencialidades agropecuarias y turísticas. In: BORDA, D.; MASI, F. (Orgs.). **Economías regionales y desarrollo territorial**. Asunción: Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya – CADEP, 2002.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1982

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Unidade de Gestão Estratégica** – UGE. Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira, jul. 2014. Acesso em: 07 out. 2016.

SEBRAE. **Turismo de negócios e de compras**. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/fc-664c6f5670e0c36bd14c8831dc659a/\\$File/5848.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/fc-664c6f5670e0c36bd14c8831dc659a/$File/5848.pdf). Acesso em: 12 fev. 2017.

SEMADE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. **População residente urbana e rural de Ponta Porã**. Acesso em: 27 jan. 2016.

SEMADE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. **Contas Regionais**. Diagnóstico Sócioeconômico de Mato Grosso do Sul 2015. Acesso em: 15 out. 2016.

SEMADE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. **Contas Regionais**. Produto Interno Bruto. Mato Grosso do Sul, 2010-2013. Acesso em: 04 out. 2016.

SISMONDI, Jean. **Novos princípios de economia política (1819-1822)**. Curitiba: SEGESTA, 2010.

SMITH, Adam. **Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

TEIXEIRA, J. C., Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas, Três Lagoas, MS, v. 2, n. 2, ano 2, 2005.

USINA BUNGE MONTEVERDE. Disponível em: <http://www.unica.com.br/empresa/10621254/bunge-monteverde>. Acesso em: 15 jul. 2016.

ÚNICA. **União da indústria de cana-de-açúcar**. ÚNICA. Disponível em: <http://www.unicadata.com.br/historico-de-areanep.php?idMn=34&tipoHistorico=6&acao=visualizar&idTabela=1750&estado=Mato%2BGrosso%2Bdo%2BSul&nivelAgregacao=4&municipio=Ponta%2BPor%25C3%25A3&safrIni=2009%2F2010&safrFim=2016%2F2017>. Acesso em: 11 out. 2016.

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Oswald.
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>